



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOALLISON MOREIRA DE LIMA

**NEGACIONISMO ANTIVACINA À BRASILEIRA: da Revolta da Vacina à
Pandemia de SARS-CoV-2**

**GUARABIRA - PB
2022**

JOALLISON MOREIRA DE LIMA

**NEGACIONISMO ANTIVACINA À BRASILEIRA: da Revolta da Vacina à
Pandemia de SARS-CoV-2**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Me^a. Luciana Silva do Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

**GUARABIRA - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L125 Lima, Joallison Moreira de.
Negacionismo antivacina à brasileira [manuscrito] : da Revolta da Vacina à Pandemia de SARS-CoV-2 / Joallison Moreira de Lima. - 2022.
52 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação : Profa. Ma. Luciana Silva do Nascimento , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
"Coorientação: Prof. Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Anticientificismo. 2. Vírus. 3. Imunização. 4. Comunicação. I. Título

21. ed. CDD 981

JOALLISON MOREIRA DE LIMA

**NEGACIONISMO ANTIVACINA À BRASILEIRA: da Revolta da Vacina à
Pandemia de SARS-CoV-2**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em História.

Aprovada em: 20 / 07 / 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Me^a. Luciana Silva do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes (Coorientador)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)



Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Fernando Domingos de Aguiar Júnior
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Ao Zé Gotinha, o “brabo”, não tem jeito,
DEDICO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	BREVE HISTÓRIA DA IMUNOPREVENÇÃO.....	15
2.1	Variola e seu impacto sanitário global.....	18
2.2	Alexander Ross e a ofensiva antivacinista no Canadá.....	22
3	REVOLTA DA VACINA (1904) E SUAS NUANCES.....	24
3.1	Análise dos grupos e agentes.....	26
3.2	Considerações a respeito da revolta.....	28
3.3	O papel do Estado.....	30
4	(DIS)PARIDADES ENTRE A REVOLTA DA VACINA E O NEGACIONISMO DO TEMPO PRESENTE.....	32
4.1	Caso Andrew Wakefield e a insidiosidade da comunicação científica.....	36
4.2	Palanque e Insipiência, uma combinação inflamável.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	50

NEGACIONISMO ANTIVACINA À BRASILEIRA: da Revolta da Vacina à Pandemia de SARS-CoV-2

Joallison Moreira de Lima¹

RESUMO

Esta investigação tem como objeto compreender o negacionismo antivacina brasileiro, em uma perspectiva comparativa que procura refletir sobre o negacionismo em dois períodos distintos: a Revolta da Vacina (1904) e a pandemia de COVID-19. São explorados alguns dos pontos de convergência e as singularidades dessas experiências históricas. Para essa finalidade, desenvolvemos uma breve história da imunoprevenção que é seguida de análises sobre a Revolta da Vacina (1904) e a experiência contemporânea da pandemia de COVID-19. A premissa do trabalho é que o Estado e a descredibilização da produção científica serviram como terreno fértil para a fecundação da antipatia contra as vacinas, em ambos momentos históricos do Brasil republicano. Optou-se pelo uso de uma metodologia qualitativa de caráter descritivo e bibliográfico. Por fim, a pesquisa aponta que a má instrução científica básica por parte da população é um fator decisivo para adesão a ideias anticientíficas, que são potencializadas por veículos de propagação de (des)informação em massa e que pessoas de relevância no cenário nacional acabam por materializar ações e condicionar posicionamentos através de discursos negacionistas.

Palavras-chave: Anticientificismo. Vírus. Imunização. Comunicação.

¹ Joallison Moreira de Lima – Estudante da Graduação de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: joallison.lima@aluno.uepb.edu.br.

BRAZILIAN ANTI-VACCINE DENIALISM: from the Vaccine Revolt to the SARS-CoV-2 Pandemic

ABSTRACT

This research aims to understand Brazilian antivaccine denialism, in a comparative perspective that seeks to reflect on denialism in two distinct periods: the Vaccine Revolt (1904) and the COVID-19 pandemic. Some of the points of convergence and the singularities of these historical experiences are explored. For that purpose, we develop a brief history of immunoprevention that is followed by analyses of the Vaccine Revolt (1904) and the contemporary experience of the COVID-19 pandemic. The premise of this research is that the State and the discrediting of scientific production served as fertile ground for the fecundation of antipathy against vaccines, in both historical moments of Republican Brazil. We have chosen to use a qualitative methodology of descriptive and bibliographical nature. Finally, the research points out that the population's poor basic scientific education is a decisive factor for the adherence to anti-scientific ideas, which are potentiated by vehicles that propagate mass (mis)information and that relevant people on the national scene end up materializing actions and conditioning positions through negationist discourses.

Keywords: Antiscientism. Virus. Immunization. Communication.

1 INTRODUÇÃO

O negacionismo científico pode ser compreendido como uma derivação do irracionalismo moderno (ROUANET, 1987). As concepções e condutas adjacentes àqueles que compactuam com essa ideologia costumam orbitar núcleos conspiracionistas e pseudocientíficos. Dentre tantos nichos passíveis de serem enquadrados neste paradigma, um em especial ganha notoriedade por sua natureza cíclica: o ativismo antivacinista (LARSSON, 2020).

No que diz respeito às vacinas, não seria exagero considerar que a existência de imunizantes como a tríplice bacteriana e a tetra viral são responsáveis por um dos maiores avanços relacionados à saúde pública mundial (OPAS, 2021), e, especialmente no Brasil, que dispunha desde a segunda metade do século XX de um arranjo sócio-sanitário conciso para enfrentar esse tipo de flagelo (HOCHMAN, 2011).

Entretanto, durante todo o processo de desenvolvimento e consolidação de práticas imunizantes houveram aferições críticas, tentativas de descredibilização e protestos. Certamente o caso mais marcante de um passado recente foi protagonizado pelo ex-pesquisador e ex-médico Andrew Wakefield (1956-), que através de uma publicação comprovadamente deturpada em um periódico de renome da área causou um enorme burburinho ao associar a vacina tríplice viral ao autismo (GODLEE; SMITH; MARCOVITCH, 2011), ocasionando assim um impacto sanitário global (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021).

Ao analisar o início do século XX, ainda nesse espectro conflituoso da imunoprevenção, nota-se um evento peculiar da história brasileira: a Revolta da Vacina. Sucedendo o que outrora fora vigente no regime imperial, o início da jovem república brasileira continuou sendo marcado pela grande incidência de doenças sobre a população. Já em 1904 eclodiu sobre a capital federativa uma mobilização massiva antipática a vacinação obrigatória, resultando, como constam os dados do Ministério da Saúde, em “um saldo de 30 mortos, 110 feridos e 945 presos, dos quais 461 são deportados para o Acre”².

Torna-se válido salientar que os eventos alvo da análise comparativa em questão se encontram distanciados no tempo por mais de um século. Durante esse considerável intervalo, o Brasil passou por diversas mudanças no que diz respeito a

² Ministério da Saúde – Centro Cultural da Saúde. In: Revista da Vacina. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta2.html>>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

questões de saúde pública, na política e também na área da comunicação; de modo que, avaliar frontalmente ambos os contextos se torna uma tarefa desafiadora. Para tanto, é necessário estabelecer critérios de alteridade entre os fluminenses revoltosos do início do século XX e os sujeitos antipáticos a vacinação na contemporaneidade.

Avançando a abordagem cronologicamente para o tempo presente, a seção final se detém sobre uma discussão que contrasta elementos presentes na revolta ocorrida no início do século passado ao fenômeno recente que tem resultado, dentre outras coisas, na perda do título de eliminação do sarampo obtido pela República Federativa Brasileira pouco tempo depois da conquista dessa certificação (MALAVÉ, 2019), juntamente a relativa desconfiança por parte da população e condutas imprudentes de agentes públicos que perpassaram a discussão sobre vacinação contra o novo coronavírus, sobretudo durante o ano de 2020.

Considerando tais nuances, torna-se necessária uma melhor compreensão dos fatores que incidiram sobre a relação entre a população brasileira e o ato de se vacinar em uma dimensão sócio-político-sanitária durante os recortes definidos. Desse modo, o presente trabalho se configura sob o seguinte questionamento: de qual maneira a má conduta de Estado associada à descredibilização da produção científica serviram de terreno fértil para a fecundação da antipatia contra vacinas durante dois momentos distintos do Brasil republicano?

Por conseguinte, almeja-se como objetivo geral neste trabalho ilustrar a constituição do negacionismo antivacineiro brasileiro, seus fundamentos e consequências. Com esse intuito, se torna oportuno a abordagem dos seguintes objetivos específicos: apresentar uma breve história da imunoprevenção; averiguar a Revolta da Vacina (1904) em algumas de suas nuances contextuais; e analisar o movimento antivacineiro brasileiro no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Para tanto, a análise tem partida considerando hipoteticamente que a má instrução científica básica por parte da população brasileira associada a veículos de propagação de (des)informação incorreram e ainda incidem agudamente sobre a tomada de posicionamento e decisão quanto à imunização de crianças e adultos no país. Nesse sentido, compreende-se que a truculência promovida pela administração fluminense no início do século e a leviandade ativa por parte do líder executivo, Jair

Bolsonaro, durante a pandemia de covid-19³, são elementos centrais para entendimento do fenômeno.

Metodologicamente, para formatação da pesquisa e desenvolvimento dos objetivos fez-se o uso de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e bibliográfico. Para tal, recorri às plataformas Google Acadêmico, Sci-Hub, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Fiocruz, OPAS etc. Ao acessá-las fiz o destacamento de dezenas de artigos. Como critério para captação me pautei nas palavras-chave “varíola”, “antivacina”, “vacina”, “negacionismo” etc. Quanto ao tempo de publicação, priorizei textos das últimas duas décadas, juntamente com a quantidade de citações atreladas.

O referencial teórico que baseia o trabalho transita entre a História da Ciência, História do Brasil República e História da Saúde no Brasil, cujo o cerne da demarcação cronológica da pesquisa se concentra no período republicano nacional. Para efetivação da conexão entre informação, fiz leitura de diversos blogs, alguns deles estrangeiros, e, levando em conta minha considerável limitação com a língua inglesa, recorri a utilização de recursos de tradução de texto como a extensão do navegador Chrome, o Google Translate e o DeepL Translate.

Na seção primária é trabalhado como se configuraram algumas das primeiras formas imunopreventivas pelo mundo, através de uma progressão cronológica; sucedido por um recorte representativo da varíola e seu impacto sanitário global; e ao fim da seção é apresentado uma exposição do emblemático motim antivacina ocorrido na cidade de Montreal, Canadá, no ano 1885.

Na seção secundária é efetuada uma descrição do ambiente do conflito que serviu de arena para a Revolta da Vacina; em seguida é feita uma avaliação do perfil dos grupos e agentes envolvidos na investida; suas possíveis causas e motivos declarados ou não; e da realização de uma análise que visa identificar a postura do Estado em detrimento de uma perspectiva sócio-sanitária.

Na terceira e última parte é realizada uma reflexão sobre as (dis)paridades entre a Revolta da Vacina e o ativismo do tempo presente; sucedida por uma avaliação

³ Durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais no dia 21 de outubro de 2021, Bolsonaro fez uma infame correlação entre as vacinas contra a Covid-19 e o desenvolvimento do HIV, gerando indignação em diversos segmentos da saúde pública nacional, vide: Nota de repúdio à fala do presidente Jair Bolsonaro. In: Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN). Publicado em 26 de outubro de 2021. Disponível em: <<http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/content/nota-de-repudio-fala-do-presidente-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 7 de julho de 2022.

do Caso Andrew Wakefield e a ambiguidade da comunicação científica, especialmente na cobertura vacinal; e de como a infodemia⁴ alimenta esse desarranjo, tendo como suporte analítico uma fala proferida pelo presidente Bolsonaro, no dia 17 de dezembro de 2020: por fim são apresentadas proposições para atenuação desse fenômeno.

2 BREVE HISTÓRIA DA IMUNOPREVENÇÃO

Muito antes da epidemiologia se firmar como uma área do conhecimento científico, sendo o “estudo do que ocorre sobre o povo”, a humanidade já havia vivenciado inúmeros casos de disseminação de doenças em larga escala (PEREIRA, 2004). Entretanto, durante a segunda metade do século XVIII, em meio a práticas de saúde baseadas em purgantes de mercúrio e sanguessugas, uma nova forma de lidar com certos tipos de doenças viria revolucionar a História da Saúde (HEPTINSTALL, 2022).

Mas antes, como bem retrata a Dra. Katherine O’Brien, se torna indispensável salientar que a história da imunização é longínqua, e durante esse processo houveram variadas tentativas de minimizar o estrago causado por agentes patológicos. Atualmente a ciência dispõe em seu arsenal imunopreventivo de sofisticadas vacinas, como a mRNA⁵, porém, até pouco tempo atrás, a “inoculação” era a alternativa viável para conter os danos causados pelo terrível vírus causador da varíola (O’BRIEN, 2022).

O preceito básico das vacinas (imunizar) possui respaldo documental milenar, uma vez que, como relata Chalhoub (1996), práticos chineses em meados do século XI já manuseavam crostas de feridas resultantes da infecção pelo vírus da varíola, as processavam de maneira que se tornassem pó e em seguida, usando um tubo,

⁴ A Organização Pan-Americana da Saúde define infodemia como sendo “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa”. Publicado em 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

⁵ “São um novo tipo de vacina contra doenças infecciosas. Ensinam as células do corpo a produzir uma proteína, ou até mesmo uma parte dela, que provoca uma resposta imunitária. Essa reação produz anticorpos que protegerão o corpo da infecção caso o vírus real seja introduzido no organismo” (OPAS, 2021, p. 10).

sopravam os resíduos nas vias nasais das pessoas submetidas a tal procedimento. Tal técnica ficou conhecida como “insuflação⁶”.

Ainda se tratando de métodos preventivos, os hindus também possuíam práticas antivariólicas, porém divergiam metodologicamente do procedimento executado pelos chineses. Por sua vez, “eles guardavam durante certo tempo as roupas contaminadas pelos variolosos para depois aplicar pedacinhos do seu pano sobre escarificações feitas intencionalmente na pele dos indivíduos sãos” (CHALHOU, 1996, p. 103), com mesmo intuito preventivo.

Mediante o exposto, a variolação como ficou conhecida a práxis adotada por povos orientais, majoritariamente da China e Turquia, no enfrentamento à varíola em meados do século XV (BARBOZA; MARTORANO, 2007) configurou-se, como bem retrata Rezende (2009, p. 228), “na inoculação de material retirado das pústulas de um enfermo, na pele de um indivíduo são”.

No tocante ao ocidente, à britânica Lady Mary Wortley Montagu (1689-1762) é atribuída uma das primeiras execuções da variolação na Europa. Em 1721, na Inglaterra, após ter contato com a prática na Turquia, a escritora aristocrata que já havia sido acometida de varíola e carregava cicatrizes da doença em seu rosto, solicitou que sua filha de 5 anos passasse pelo procedimento que havia tomado conhecimento em Istambul. Devido à herança regional de sua origem, no Reino Unido o procedimento ficou conhecido como “método bizantino” (ERMAN, 2022; REZENDE 2009). A partir desse episódio passaram a ser registradas campanhas de inoculação em diferentes localidades no continente (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021).

Em síntese, tal empreendimento (inoculação ou variolação) consiste em expor sujeitos a uma versão comedida do agente patológico, para que ao ter contato com essa forma abrandada da enfermidade o organismo dos hospedeiros passe a desenvolver um mecanismo de defesa capaz de oferecer proteção preventiva caso venham interagir em eventual oportunidade com a versão natural do agente, com o intuito de que não desenvolva seus sintomas graves (BARBOZA; MARTORANO, 2007).

⁶ Por ser “metodologicamente débil fundamentada”, a insuflação poderia resultar em infecções graves de varíola, todavia, muitos consideravam que valia a pena passar por tal procedimento, uma vez que a contração natural da doença poderia ser bem mais nociva. In: Blog do Google Brasil. Publicado em 22 de abril de 2022. Disponível em: <[Uma breve história da vacinação no Google Arts & Culture](#)>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

A inoculação do atenuado vírus que ocasiona a varíola bovina (*cowpox*) em humanos foi a primeira experiência imunizante através do “método vacinal”⁷ que se tem registro e a Edward Jenner (1749-1823) é atribuído o título de pioneiro no desenvolvimento desse recurso. “Durante vinte anos, Jenner, pacientemente, colecionou observações que demonstravam que os indivíduos previamente contaminados pela doença bovina ficavam refratários à varíola” REZENDE, 2009, p, 229). Em vista disso, no final do século XVIII executou sua primeira vacinação⁸.

A etimologia da palavra nos dá um *insight*: o termo vacina possui elo com *vaccinius*, que em termos gerais representa “aquilo que vem da vaca” (BARBOZA; MARTORANO, 2007, p. 61). Já a palavra vacinação foi cunhada pela primeira vez na literatura científica por Louis Pasteur, no final do século XIX em decurso dos seus estudos relacionados à raiva⁹. Pasteur teve como intenção homenagear o pacato médico da zona rural da Inglaterra e sua atividade pioneira na manipulação de um agente patológico para fins imunizantes (CARDOSO *et. al.*, 2021, p. 3). Posteriormente:

O adjetivo latino *vaccinae* (de vaca) foi substantivado e adaptado a todos os idiomas de cultura: inglês, *vaccine*; francês, *vaccin*; alemão, *vakzine*; espanhol, *vacuna*; italiano, *vaccino*; português, *vacina*. Por analogia, passou a designar todo inóculo dotado de ação antigênica, independente de sua origem. A vaca, considerada um animal sagrado em certas seitas religiosas da Índia, foi, assim, consagrada também pela ciência no termo vacina (REZENDE, 2009, p. 230).

Não é nenhum absurdo afirmar que a antipatia vacinal surge praticamente de maneira concomitante à própria vacina (OPAS, 2021)¹⁰. Através de uma análise panorâmica, é possível apontar alguns espectros dessa postura negacionista, todos

⁷ “A primeira vacina (a vacina contra a varíola) continha um vírus vivo e atenuado. “Atenuar” um vírus significa enfraquecê-lo até um ponto no qual ainda é capaz de provocar uma resposta imunitária, mas não causa doença no receptor humano” (OPAS, 2021, p. 10).

⁸ “Quando uma colega enfermeira, Sarah Nelmes, foi infectada pela varíola bovina, Edward recolheu amostras da infecção e, no dia 14 de maio de 1796, ele expôs um garoto de oito anos a amostra do vírus, fazendo com que o garoto contraísse a doença e fosse tratado, para então no dia 1 de julho ele expor o garoto a varíola. Dias depois o menino não contraiu a doença, o que levou à conclusão de que o garoto ficou imunizado à doença devido ao contato com a varíola bovina“. In: Unicentro Paraná. Publicado em 3 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www3.unicentro.br/petfisica/2020/07/03/edward-jenner-o-pai-da-vacina-1749-1823/>>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

⁹ “O vírus da raiva foi o primeiro atenuado em laboratório para criar uma vacina para uso humano” (OPAS, 2021, p. 10).

¹⁰ “Por algum tempo houve muita resistência e crítica ao método de Jenner. Parecia absurdo introduzir no corpo humano o germe de uma doença de animal. Apesar disso, a vacinação antivariólica difundiu-se por todo o mundo” (REZENDE, 2009, p, 230).

quase sempre baseados em paradigmas fajutos e carentes de embasamento teórico metodológico. Dentre os suportes utilizados, os primeiros antivacinistas fizeram bastante uso da comunicação visual, através de representações figurativas¹¹, para satirizar o método jenneriano e protestar contra a nova ciência (HEPTINSTALL, 2022).

Ao fim de 2020, em um momento crítico da pandemia do novo coronavírus, o presidente da república, Jair Bolsonaro (1955-), fez uma analogia esdrúxula publicamente ao relacionar a vacina contra a COVID a uma possível mutação zoomórfica dos vacinados, projetando a ameaça de que corriam o risco de se transformarem em jacaré¹². Curioso que, séculos antes, Edward Jenner já havia sentido na pele os efeitos dessa falsa correlação entre antígeno e alterações fenotípicas: uma charge em especial, do desenhista inglês James Gillray (1756–1815), retrata muito bem o impasse em questão¹³.

É desafiador identificar e comparar posturas e condutas anticientíficas em diferentes temporalidades na História, principalmente na dimensão da Saúde. Por vezes, para encorpar esse tipo de abordagem, se faz necessário analisar a ação e a produção de aparelhos ideológicos, assim como também de alguns sujeitos históricos e seus respectivos papéis, desempenhados em suas devidas conjunturas. Ainda nesse meio, se tratando de impacto sanitário longínquo e global, poucas doenças infecciosas afetaram tanto a humanidade quanto a varíola.

2.1 Varíola e seu impacto sanitário global

A varíola foi responsável por incontáveis mortes ao longo dos séculos. Parcela considerável desses óbitos aconteceram durante o período correspondente às grandes navegações. O rastro de destruição ocasionado por esse vírus que se

¹¹ Exemplo de figura produzida e propagada por antivacinistas: “A monster being fed baskets of infants and excreting them with horns; symbolising vaccination and its effects. Etching by C. Williams, 1802(?)”. In: Wellcome Collection. Disponível em: <<https://wellcomecollection.org/works/vbux8st5>>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

¹² Bolsonaro: “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”. In: UOL. Publicado em 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8&t=28s>>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

¹³ Exemplo de figura produzida e propagada por antivacinistas: “James Gillray (British, 1756-1815), The cow-pock,-or-The wonderful effects of the new inoculation! - Vide - the Publications of ye Anti-Vaccine Society, 1802. Hand colored etching with aquatint. Bequest of Gordon N. Ray, 1987; 1986.319”. In: The Morgan Library & Museum. Disponível em: <<https://www.themorgan.org/blog/cow-pock-or-wonderful-effects-new-inoculation#:~:text=This%201802%20cartoon%20by%20English,days%20of%20the%20procedure%20itself>>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

propaga sumariamente através da interação física e em menor escala por vias aéreas, ocasionou a morte de diversos nativos no continente americano, sendo considerada uma verdadeira arma biológica (SCHATZMAYR, 2001).

Ilustres membros da nobreza no velho continente como o imperador Ferdinand IV da Áustria em 1654 e a rainha da Suécia Ulrica Leonor em 1741 também foram ceifados pela doença (ERMAN, 2022). Com base em um Boletim da Campanha de Erradicação da Varíola de 1973, Hermann G. Schatzmayr afirma que: “No Brasil, a varíola foi referida pela primeira vez em 1563, na Ilha de Itaparica, na Bahia, disseminando-se para Salvador e causando grande número de casos e óbitos, principalmente entre os indígenas”. (SCHATZMAYR, 2001, p. 1526).

O marco cronológico que nos evidenciou o controle definitivo sob esse vírus ocorreu ao final da década de 70 no século passado¹⁴. A data diz respeito ao último caso de transmissão natural da doença que foi registrado. Como bem ressalta o historiador da medicina, William Bynum: “felizmente, a varíola agora está extinta, resultado de uma campanha internacional para proteger as pessoas por vacinação, conduzida pela Organização Mundial de Saúde (OMS)”. (BYNUM, 2014, p. 39).

O combate à varíola não só foi pioneiro nos programas de vacinação obrigatória como também serviu para o desenvolvimento de políticas imunobiológicas mundo afora¹⁵. Em território nacional, à mobilização ocasionado pelo combate ao vírus acabou por dar sustentação a órgãos, programas, campanhas e rotina de imunização subsequentes no país (HOCHMAN, 2011).

No Brasil, em que pesem os esforços empreendidos, em fins do século XIX e início do XX, por sanitaristas como Oswaldo Cruz, Emilio Ribas e Vital Brazil na defesa da utilização da vacina como meio de promoção da saúde, seu emprego no país só se tornou, a exemplo do que se verificava no cenário internacional, alvo de uma política de abrangência nacional a partir da instituição, em 1966, da Campanha de Erradicação da Varíola (PONTE, 2003, p. 622).

¹⁴ “O último caso de varíola notificado no Brasil foi em 1971 e, no mundo em 1977 na Somália”. In: Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações. Disponível em: <<http://sipni.datasus.gov.br/si-pni-web/faces/apresentacaoSite.jsf>>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

¹⁵ O século XX foi marcante para a saúde pública, uma vez que, concomitantemente a erradicação da varíola, nesse período também foram desenvolvidas “vacinas para poliomielite, sarampo, gripe, hepatite B, meningite e muitas outras doenças”. In: Blog do Google Brasil. Publicado em 22 de abril de 2022. Disponível em: <[Uma breve história da vacinação no Google Arts & Culture](#)>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

Mesmo nos dias atuais, com todo avanço técnico, científico e comunicacional, considerando doenças infecciosas cuja hospedagem é exclusivamente humana, apenas a varíola (*smallpox*) foi definitivamente aniquilada em todo mundo. A tal ponto que “a vacinação foi sendo gradualmente desativada ao longo dos anos seguintes e, em 1976- 1977, foi interrompida” (SCHATZMAYR, 2001, p. 1526).

Atualmente, o policiamento que incide sobre a produção, preparação e administração de vacinas é enorme; fruto do rigor empreendido sob tal processo que foi sendo gradualmente aprimorado ao longo do tempo. Todavia, é inegável que nos estágios primários de desenvolvimento das vacinas, com base no que hoje entendemos por bioética, houveram algumas atitudes questionáveis¹⁶.

Outro ponto que vale ser ressaltado diz respeito à assepsia e antissepsia dos instrumentos no tempo presente. Vale lembrar que, antes da descoberta e identificação dos microrganismos¹⁷ e suas implicações na saúde humana, em dado momento, tanto os inoculadores quanto os vacinadores pecaram quanto a utilização de seus instrumentos, tornando assim suas respectivas ferramentas um vetor para transmissão de variadas doenças, como a tuberculose, tétano e sífilis, através da contaminação cruzada (CHALHOUB, 1996).

O combate à varíola desencadeou diversas consequências na área da saúde, uma delas corroborou diretamente para a consolidação e aprimoramento da vacinologia¹⁸. Na prática, testes para que a aprovação de uma vacina seja consumada (ou não) perpassam todo um refinado processo de avaliação técnica, científica e metodológica:

Para que se autorize o uso de uma vacina, é necessário que elas sejam antes avaliadas por órgãos acreditados, como a FDA nos Estados Unidos ou a Agência Europeia de Medicamentos na Europa. Esses organismos são responsáveis pela regulação e vigilância de todos os medicamentos, incluindo as vacinas. Para isso, realizam testes exaustivos com a finalidade de garantir sua segurança e eficácia. Cada lote de vacinas é controlado separadamente (OPAS, 2021, p. 15).

¹⁶ O próprio Jenner arriscou a vida de uma criança ao expô-la intencionalmente a varíola a fim de pôr em xeque a eficácia da imunização através da varíola bovina sem que houvesse uma margem bem delineada das consequências.

¹⁷ "A relação causa-efeito entre a presença de microrganismos patogênicos e doenças apenas foi estabelecida por Louis Pasteur e Robert Koch, aproximadamente em 1870" (FEIJÓ; SÁFADI, 2006, p. 1).

¹⁸ “Área de estudo que se dedica à investigação e desenvolvimento de vacinas, bem como à análise dos seus efeitos na saúde pública”. In: Infopédia - Dicionários Porto Editora. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/vacinologia>>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

Existem fases a serem seguidas e etapas a serem cumpridas¹⁹, ensaios científicos rigorosos, o que por sua vez minimiza drasticamente as chances de que o imunizante venha acarretar em graves consequências. O que não quer dizer que tal procedimento esteja isento de falhas²⁰; efeitos colaterais podem ocorrer ocasionalmente, porém, o ponto chave é que enquanto seres humanos estamos sujeitos a reações adversas em variados segmentos, seja ele alimentício, farmacológico, estético, climático etc.; o vacinal é apenas mais um deles, um dos menos ameaçadores é válido salientar (OPAS, 2021).

O ônus e o bônus atrelados à vacinação são drasticamente assimétricos (ROCHEL, 2020). Sob perspectiva histórica, a invenção e efetivação das vacinas como forma de imunoprevenção pode parecer recente, porém, seu impacto na melhoria da qualidade de vida pode ser facilmente constatado. De tal maneira, que é apontada como a maior intervenção humana na História da Saúde, responsável por salvar incontáveis vidas, especialmente desde a sua implementação sistemática (O'BRIEN, 2022).

Na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, houve uma guinada na expectativa de vida, muito em decorrência da vacinação infantil obrigatória instituída²¹. Em alguns lugares da Europa ocidental e na região norte do continente americano, ao longo do século, a vacinação tornou-se obrigatória, sobretudo no âmbito militar, respaldados na concepção de que o ato de imunizar-se é uma demonstração de compromisso coletivo, uma vez que devidamente vacinados os sujeitos diminuem consideravelmente as chances de serem potenciais vetores mortíferos.

O pioneirismo na obrigatoriedade da imunização em alguns países anglófonos como na Inglaterra e Canadá acabou sendo consonante com a também pioneira formação de grupos contrários à vacinação²². A fervorosa religiosidade e a escassez

¹⁹ “Os diferentes estudos têm como prioridade a segurança de uso de uma vacina, seguida de sua eficácia. Os estudos são divididos em fases: fase pré-clínica e fases I, II, III e IV” (OPAS, 2021, p. 23).

²⁰ “Até maio de 2021, notificaram-se casos raríssimos de reações graves, como anafilaxia, trombose e outros eventos muito raros. Todos podem ser tratados se as pessoas chegarem a tempo a um serviço de saúde que disponha dos meios necessários” (OPAS, 2021, p. 29).

²¹ Em 1840 a varíola foi proibida e a vacinação estimulada pelo governo inglês. Na década seguinte, a vacinação se tornou obrigatória para crianças, em 1853. “Life expectancy (from birth) in the United Kingdom from 1765 to 2020*”. In: Statista. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1040159/life-expectancy-united-kingdom-all-time/#:~:text=Life%20expectancy%20in%20the%20United%20Kingdom%20was%20below%2039%20years.81.1%20by%20the%20year%202020>>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

²² Segundo George Erman (2022), na Inglaterra, a obrigatoriedade da vacinação foi implementada pela primeira vez por decreto do príncipe Frederick August, no contexto das Guerras Napoleônicas,

informativa, congruente à truculência por vezes empregada pelo Estado para a execução do processo de vacinação, podem ter servido como combustível para alimentar o descontentamento daqueles que descreditavam tal empreitada sanitária.

Para além desses fatores, com base na herança sócio-política desses países, a “violação da liberdade individual” também acabara por ser como base argumentativa para àqueles que suspeitavam da procedência e consequência das vacinas. Em síntese, para ilustrar o *modus operandi* desse paradigma negacionista, posteriormente será tratado um dos primeiros levantes coordenados que se tem registro, imbricado de elementos antivacina que viriam se perdurar por séculos.

2.2 Alexander Ross e a ofensiva antivacina no Canadá

No ano de 1885 em Montreal, Canadá, ocorreu o que se configurou como uma das primeiras investidas organizadas do ativismo antivacina. O caso foi protagonizado pelo médico Alexander Milton Ross (1832 - 1897), previamente esboçado através da circulação de panfletos negacionistas e materializado na forma de um intenso protesto iniciado no dia 28 de setembro (SHAFER, 2021).

A atitude capitaneada por Ross visava desencorajar a população local a se vacinarem contra a varíola. Ao minimizar a gravidade da doença juntamente ao número de infectados pelo vírus e enfatizar os supostos malefícios colaterais atrelados à vacinação obrigatória, o médico acabou por propor métodos alternativos para enfrentar o patógeno que supostamente prezavam pelo respeito à “liberdade individual” dos cidadãos.

Mesmo nos dias atuais é possível notar que seus postulados basilares se encontram resguardados no movimento contemporâneo. Como bem destaca Paula Larsson (2020), um elemento comportamental comum por parte dos antivacina independentemente do momento histórico qual estão inseridos é a minimização da ameaça da doença, além de muitos considerarem a vacinação tão nociva quanto o próprio patógeno (LARSSON, 2020; PONTE, 2003).

Dentre algumas das informações presentes em sua panfletagem, sobressai a atribuição “tirânica” da campanha de imunização vigente em seu território e dois

destinado aos membros das Forças Armadas no ano de 1800. Quanto ao Canadá, a seção seguinte tratará exclusivamente de um levante antivacina ocorrido na cidade de Montreal.

supostos relatos de célebres e céticos médicos europeus²³. A disseminação de informações contrafactuais por meio de *posters* foi um dos recursos midiáticos adotado por Ross para desgastar a campanha de imunização e inflamar o debate acerca da segurança das vacinas no contexto em que estava inserido.

Para Ross, que além de médico também era membro do conselho municipal²⁴, a efetivação do devido saneamento associado ao distanciamento seriam artifícios mais propícios para lidar com a varíola, uma vez que sob sua concepção não havia benefícios tangíveis na “inoculação de um vírus” através de uma vacina. Muito pelo contrário, a efetivação dessa prática era indesejável pois seria um vetor de adoecimento (principalmente em crianças) e não de proteção prévia.

É possível enxergar elementos em vigor no paradigma sanitário defendido por Ross presentes na conduta de saúde vigente no Brasil, particularmente em meados do século XX. Fundado em 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), como descreve Morel (2020), entende o uso da propaganda e de ações educativas como veículos elementares para combater surtos de doenças e tornar público práticas higiênicas aos cidadãos. Tais táticas seriam responsáveis por fundamentar o paradigma conhecido por educação sanitária, presente até os dias de hoje.

Com efeito, ao centralizar a discussão da saúde pública na conduta individual, ambos, à sua maneira, acabam por desprezar o contexto expandido em que estão inseridos os sujeitos e as doenças. O DNSP, considerando que, “foi assim que a educação sanitária se constituiu como uma forma de controle e ordenamento social, ancorada no pressuposto de que a ignorância era a principal causa das doenças” (NESPOLI, 2016. p. 47). E Ross, para além disso, por desdenhar e não reconhecer o potencial profilático que a imunização vacinal propicia ao coletivo.

Em última análise, a investida desempenhada por Ross se baseava no postulado de que a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola feria os direitos individuais do cidadão, e uma vez calcado nesse postulado passou a configurar seu

²³ “Anti-vaxxers COVID-19 usam os mesmos argumentos de 135 anos atrás”. In: The Conversation. Publicado em 4 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://theconversation-com.translate.google.com/covid-19-anti-vaxxers-use-the-same-arguments-from-135-years-ago-145592? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pt=sc>>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

²⁴ “As vacinas obrigatórias que desencadearam um motim em Montreal em 1885”. In: The Washington Post. publicado em 10 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www-washingtonpost-com.translate.google.com/history/2021/08/10/montreal-vaccine-riot-smallpox/? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pt=sc>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

discurso e atitudes. Como é descrito por Larsson, a respeito da estratégia comunicativa (panfletagem) propagada por Ross, se torna coerente concluir que:

[...] serve como uma ilustração primordial das estratégias usadas pelos antivacionistas – tanto naquela época quanto agora. Esses argumentos não são novos e mudaram pouco ao longo do tempo. Aprender a reconhecer sua reembalagem de forma moderna pode ajudar a combater efetivamente seu poder (LARSSON, 2020, p. 2).

Casos como esse servem para ilustrar de maneira arquetípica a forma como os adeptos desse tipo de negacionismo costumam lidar e reagir quando contrapostos a leis de vacinação obrigatória, mas acima de tudo, também servem para ressaltar que “a história da vacina antivariólica merece ser lembrada pela magnitude da vitória alcançada e pela esperança que o método nos trouxe de obter a erradicação de outras doenças infecciosas” (REZENDE, 2009, p. 227).

3 REVOLTA DA VACINA (1904) E SUAS NUANCES

No início do século XX, mais precisamente em 1904, ocorreu um dos episódios mais emblemáticos da até então jovem república brasileira: a revolta da vacina. Àquela altura a cidade do Rio de Janeiro, até então capital do país, era reconhecida internacionalmente como um pandemônio patológico de variadas moléstias (SEVCENKO, 2018), e, dentre tantas doenças identificadas destacava-se a varíola.

Publicações atuais feitas por órgãos como a OPAS e a OMS atestam com afinco a efetividade das vacinas e buscam promover campanhas de vacinação mundo afora²⁵. Considerando tal proposição, o evento eclodido no então distrito federal pode dar a entender (anacronicamente) que os revoltosos, antipáticos à vacina, só poderiam estar ensandecidos para serem contrários a se imunizarem contra um vírus tão agressivo.

Assim como incidiram sobre o cotidiano fluminense a peste bubônica e a febre amarela, dentre outras doenças, a varíola não diferente também deixou um rastro de degradação na cidade. Diante disso, se faz necessário entender melhor o porquê da

²⁵ “Reconhecendo que a imunização está entre as estratégias de saúde pública disponíveis com melhor relação custo/benefício, e que além dos benefícios sanitários, a imunização proporciona uma alta taxa de retorno sobre o investimento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e sucesso educacional”. In: . OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/documentos/cd59r13-revigoramento-da-imunizacao-como-um-bem-publico-para-saude-universal>>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

recusa por parte da população em aderir a imunização contra essa doença. Todavia, antes de consumir juízo a respeito daqueles que protagonizaram o acontecimento, torna-se imprescindível conhecer melhor sua conjuntura.

Naquele período a cidade estava passando por mudanças arquitetônicas e urbanísticas, aos moldes do processo iniciado em nações da Europa por volta da segunda metade do século XIX, essencialmente inspirada na renovação de Haussmann da capital francesa; assim, almejando “como objetivos principais o saneamento, o embelezamento e a circulação” (PINHEIRO, 2011, p. 123).

A consolidação do modo de produção industrial fez acelerar a dimensão urbanística nesse novo ecossistema aburguesado da capital federal (SEVCENKO, 1984). Com isso, a modernização das cidades passou a ser uma das ambições de alguns ocupantes de cargos políticos, e, nesse contexto, não poderia ficar de fora a cidade mais importante e vitrine de referencial urbano do país, o Rio de Janeiro.

Em vista disso, o gestor do distrito federal, Francisco Pereira Passos, foi um dos que se mobilizaram para a efetivação de tais mudanças. Ocupando um posto importantíssimo no que diz respeito à administração do país, deveria fazer valer as aspirações de renovação fomentadas por Rodrigues Alves.

Como postulado político, o republicanismo recém instalado buscava se associar à modernidade, sofisticação e progresso, se colocando como superação ao hipoteticamente antiquado regime monárquico. Com isso, o presidente objetivava não somente a captação de recursos financeiros e a vinda de imigrantes, mas também de se desvencilhar do estereótipo de “cidade das doenças”²⁶ em vigor no estrangeiro.

A vacina jenneriana já constava em solo nacional há mais de um século. Mais precisamente, “a vacina de Jenner fora introduzida no Brasil em 1801” CARVALHO, 1987, p. 95)²⁷. Ou seja, a vacinação contra a varíola não era uma novidade no Brasil no final de 1904, e nem mesmo sua obrigatoriedade²⁸, dessarte, se faz presente uma incógnita: o que pode ter motivado, cerca de cem anos depois da primeira vacina

²⁶ Devido à forte incidência e alta taxa de mortalidade de doenças como a tuberculose, febre tifóide, malária, entre outras, mas, principalmente a febre amarela e a varíola, o Rio de Janeiro passou a ser reconhecido internacionalmente como “o túmulo dos estrangeiros” (SEVCENKO, 2018, p. 32).

²⁷ É provável que nas décadas iniciais da primeira metade do século XIX o público majoritariamente imunizado através da vacina antivariólica que vivia no Brasil tenha sido composto por escravizados (CHALHOUB, 1996).

²⁸ Por mais que já tivessem ocorrido algumas tentativas de implementação de caráter impositivo da vacinação no Brasil, na prática, tais propostas não obtiveram o devido êxito, especialmente as que almejam vacinar todos os cidadãos (CARVALHO, 1987; PORTO, 2003).

aplicada, tamanho burburinho em decorrência do que deveria ser uma “simples picada”?

O historiador Sidney Chalhoub, no final do século XX, ao recapitular e comentar alguns dos textos historiográficos mais importantes produzidos a respeito da Revolta da Vacina, salienta que, àquela altura as abordagens adjacentes ao acontecimento ainda estavam longe de se esgotarem, dessa maneira, os pesquisadores, conjunturalmente, “chegaram à conclusão de que a vacina foi um simples pretexto para uma revolta que tinha motivos outros e mais relevantes” (CHALHOUB, 1996, p. 101).

Como descreve Carvalho (1987), a ausência de documentos escritos que possibilitem uma análise dedutiva própria das razões que motivaram os revoltosos acabam por dificultar consideravelmente a leitura do acontecimento, porém não extingue as possibilidades analíticas. Considerando tais limitações, nas subseções seguintes busco apresentar a Revolta da Vacina em algumas de suas nuances contextuais, para na seção posterior articular tal temática junto ao movimento antivacina brasileiro no contexto da pandemia do novo coronavírus.

3.1 Análise dos grupos e agentes

A Revolta ocorrida em novembro de 1904 no Rio de Janeiro, então capital federal, foi protagonizada por cidadãos fluminenses de diversos segmentos sócio-ideológicos, inconformados, à sua maneira, com a circunstância da qual estavam inseridos. A agremiação heterogênea de revoltosos incluía diversas frações da sociedade, sendo assim:

A oposição à vacinação obrigatória congregou de modo não articulado antivacineiros, militares e civis monarquistas que vislumbraram a possibilidade de reinstaurar o Império, positivistas que reagiam a qualquer obrigatoriedade e intervencionismo estatais nas práticas de curar, sindicatos que lutavam por melhores salários e contra a carestia, militares e elites políticas que faziam oposição ao presidente, setores da população urbana que entendiam a vacinação como uma invasão da privacidade do lar e um ataque à moralidade da família e setores populares que foram duramente afetados pelas reformas urbanas com a destruição das habitações consideradas insalubres e a expulsão dos pobres do centro da capital saneada e embelezada (HOCHMAN, 2011, p. 378).

Com base na descrição de Gilberto Hochman conclui-se que o movimento que originou a conflagração social não possuía caráter uniforme, porém era interligado por um sentimento de indignação e contraposição situacional do Rio naquele dado momento.

Três alas destacaram-se durante esse processo de resistência: uma minoria de parlamentares opositores, a imprensa não situacionista e parte da população em geral, sobretudo deslocados e operários (SEVCENKO, 2018). É indispensável ressaltar a influência de uma veia militar golpista presente na rebelião, embasada e ideologicamente alinhada ao jacobinismo florianista; Lauro Sodré e Barbosa Lima foram dois dos parlamentares que encabeçaram essa vertente.

Na dimensão da comunicação, como bem destaca Aline Salgado (2018) em sua dissertação de mestrado, durante o processo que configurou o conflito, veículos de mídia impressa de viés oposicionista, como o *Correio da Manhã*, ganharam destaque ao promover e problematizar “editoriais, notas jornalistas sobre os debates na Câmara e no Senado, cartas de leitores e artigos de colaboradores” (SALGADO, 2018, p. 14), cuja abordagem correspondiam aos métodos revolucionários empreendidos pelo prefeito junto ao então diretor-geral da Saúde Pública, o jovem Oswaldo Cruz. (PORTO, 2003).

Por sua vez, os operários foram bastante ativos nessa frente oposicionista, promovendo uma ação organizada para resistir à vacinação compulsória. Essa afirmação adquire respaldo através do registro de petições enviadas ao Congresso que reivindicavam a suspensão do caráter obrigatório da vacina. Ao todo, cerca de 15 mil assinaturas foram angariadas considerando todas as frações sociais envolvidas no protesto, sendo os operários responsáveis por cerca de dois terços do total (CARVALHO, 1987).

No que se refere ao caráter organizacional, a Liga Contra a Vacina Obrigatória, consolidada no dia 05 de novembro, menos de uma semana antes do início do confronto, é tida como um dos marcos do conflito, principalmente durante o início. Liderada pelo senador Lauro Sodré, segundo Sevcenko (2018), objetivava canalizar a atmosfera contraventora que estava sendo alimentada desde o início da tramitação do projeto de lei da vacinação compulsória. Para resumir, “os setores da oposição política, que desde um longo tempo vinham articulando um golpe contra o governo, aproveitaram-se das reações indignadas da população, a fim de abrir caminho para o seu intento furtivo” (SEVCENKO, 2018, p. 4).

Em linhas gerais, tanto pela ausência de uma conscientização informativa, quanto pelo método empregado, violento, muito bem representado através da ação exercida pelas brigadas sanitárias, a maior parte da população não apenas desconhecia como também alimentava temor pela campanha. Desse modo, pairava sobre os populares o receio dos efeitos que poderiam ser manifestos em decorrência da injeção de líquidos desconhecidos, além da intimidação exercida pelo braço armado do Estado (PORTO, 2003).

Como descreve Carvalho (1987), as narrativas elencadas a fim de definir o perfil dos revoltosos feitas por veículos de comunicação e intelectuais da época são perpassadas por vieses que dificultam uma definição precisa, porém, dizem bastante a respeito da conjuntura sócio-política qual os mesmos estavam inseridos. Além do mais, alisando de maneira panorâmica, a configuração dos protestos foi sofrendo alterações conforme o drama se desenvolveu.

Resumindo, a composição da multidão variou de acordo com o desenrolar da revolta. De início o leque era amplo incluindo, como dizia o *Correio da Manhã*, operários, comerciantes, estudantes, militares, pivetes. Fracassado o golpe que unia militares e o Centro, a ação passou a ser comandada por operários de grandes empresas, de um lado, e pelas classes perigosas do outro, estas últimas concentradas nos redutos da Saúde e do Sacramento (CARVALHO, 1987, p. 124).

3.2 Considerações a respeito da revolta

Conjunturalmente, a mobilização em prol de reformar o Rio de Janeiro para que não mais fosse referenciada como uma cidade de arcabouço imperial mas sim de uma cidade moderna de natureza republicana aos moldes europeus teve seus altos e baixos e ecoou na vida de seus cidadãos em diferentes frentes.

A renovação da cidade mais relevante do país não se limitava às esferas portuária e urbanística. “O Presidente Rodrigues Alves havia adotado como um dos principais itens da plataforma de seu governo o saneamento completo e a extinção das endemias da capital” (SEVCENKO, 2018, p. 9). Desde o seu primeiro discurso, Alves deixou claro seu compromisso na área da saúde, como fica explícito em seu manifesto inaugural de posse, enfatizando:

Aos interesses da imigração, dos quaes depende em maxima parte o nosso desenvolvimento economico, pretende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem duvida difficil porque se filia a

um conjunto de providencias, a maior parte das quaes de execução dispendiosa e demorada (ALVES, 1902, p. 11-12).

A fala em questão evidencia que tais alterações materiais ocorridas na capital estavam perpassadas pela tangente sanitária. Elencados por Passos, a trinca das mudanças da cidade foi composta pelos engenheiros Francisco Bicalho e Paulo de Frontin juntamente ao então jovem médico, Oswaldo Cruz, encarregado da empreitada sanitária²⁹, problema “crônico” da cidade. Como bem ressalta o historiador Sérgio Lamarão:

A agudização da crise de moradia nos anos 1890 provocou um agravamento das condições sanitárias da cidade. Em 1891, eclodiram epidemias de febre amarela, varíola, malária e influenza, fazendo a primeira 4.454 mortos. As freguesias mais afetadas foram, como sempre, as centrais, onde era mais elevada a densidade de cortiços [...] (LAMARÃO, 1991, p. 107).

Como é de se imaginar, o público que mais foi afetado durante esse processo de transição na capital foi justamente os menos favorecidos economicamente. É inegável, do ponto de vista epidemiológico, que, boa parte das habitações populares vigentes naqueles conformes correspondiam a um perigo sanitário evidente. Porém a forma horizontal como o problema foi tratado serviu de combustível para alimentar a ira de parcela dos populares.

Ainda no que toca a questão habitacional, o episódio “bota abaixo³⁰” que desapropriou e demoliu dezenas de imóveis na região central da cidade fomentou uma indignação descomunal de seus antigos residentes, agora designados ao subúrbio carioca por decreto de Pereira Passos através de uma intervenção invasiva, abrupta, “cirúrgica”³¹ (SANTOS; MOTTA, 2003).

Essa política higienista que vigorou nos anos iniciais do regime republicano era dotada de viés segregacionista, uma vez que, ao deslocar os desvalidos moradores “para essa espécie de periferia insalubre é que iriam se transferir as doenças e

²⁹ Ministério da Saúde. In: Revista da Vacina. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta.html>>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

³⁰ “A reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos demoliu os cortiços e abriu largas avenidas. Ficou conhecida, por isso, como “bota abaixo”. Sob a égide do discurso higienista, desalojou do centro da cidade os antigos moradores dos cortiços, que migraram em duas direções: para a periferia e para os morros” (ALBERGARIA, 2010, p. 1).

³¹ “Ao tempo de Pereira Passos, reforma urbana correspondia à “cirurgia urbana”, transformações radicais na malha urbana via obras públicas” (SANTOS; MOTTA, 2003, p. 18).

endemias expulsas, junto com os humildes, do centro da cidade destinado a tornar-se sadio, ordeiro, aseado e exclusivamente burguês” (SEVCENKO, 2018, p. 47).

No que diz respeito à conjuntura moral e social vigente entre os sujeitos históricos daquele período, devemos levar em conta que a sociedade brasileira, no geral, era demasiadamente conservadora, recatada. Ao se apoiar sob esse preceito, agitadores bradaram à população fluminense um suposto caráter pervertido da vacinação.

Naquele contexto, havia todo um temor de fundamentação patriarcal em “ver suas mulheres, mães, irmãs, filhas, tias, avós terem expostas e manipuladas por estranhos partes íntimas do corpo, cuja simples menção em público vexava e constrangia a todos: braços, coxas, nádegas” (SEVCENKO, 2018, p. 8). Esse pavor serviu para inflamar a indignação de parte da população durante o processo.

Para além do “terrorismo moral” propagado por setores políticos da resistência, parte da imprensa também contribuiu para a disseminação de ideias contrárias as medidas implementadas por Oswaldo Cruz, sobretudo contra a vacinação (PORTO, 2003). Alguns artigos e charges da época nos evidenciam o quanto a chefia dos serviços sanitários federais era malquisto por veículos de oposição, e, há de se deduzir, por parcela da população também³².

Levando em conta que, “a movimentação parlamentar em torno da lei da vacinação obrigatória gerou, nesses jornais, um esforço de popularizar a ciência e estabelecer um amplo debate sobre a vacinação” (SALGADO, 2018, p. 14), torna-se plausível concluir que, no âmbito comunicacional, veículos de mídia impressa desempenharam um papel importante nesse processo de radicalização dos revoltosos.

3.3 O papel do Estado

Consonante ao que afirma Rezende, “no Brasil, a vacinação antivariólica foi introduzida ainda no século XVIII, porém era praticada de maneira irregular e ao mesmo tempo combatida e rejeitada pela população” (REZENDE, 2009, p. 230). Se

³² Em dado momento, uma charge de época chegou a representar Oswaldo Cruz como “O Esfolador”. In: FIOCRUZ - Base Arch. Disponível em: <<http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/caricatura-de-oswaldo-cruz-campanha-sanitaria-para-que-servem-5-500-000-000-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

tratando do programa de vacinação vigente durante boa parte do século XIX, nos dirá Chalhoub: “um inventário exaustivo das mazelas do serviço de vacinação não teria fim, tamanho a precariedade com que tudo funcionava” (CHALHOUB, 1996, p. 122).

O historiador Sérgio Lamarão defenderá que, diferentemente do que a classe dominante e mesmo alguns intelectuais durante o final do século XX fomentaram, o posicionamento adotado pelas classes populares durante a Revolta da Vacina não deve ser interpretado como uma reação desvairada e descabida de um montante de cidadãos ignorantes.

A proposição defendida pelo pesquisador visa desconstruir a imagem de que os subalternizados seriam sujeitos contrários ao progresso e a inovação estipulado pelos supostamente “esclarecidos” agentes públicos do período, mas sim como a reação de pessoas negligenciadas e marginalizadas durante todo um processo de reconfiguração do espaço sócio-urbano; de um processo de modernização verticalizado, agressivo e excludente (LAMARÃO, 1991), assim considerando:

A campanha da vacina obrigatória, conduzida de forma arbitrária, bem à feição da administração Pereira Passos, sem os necessários esclarecimentos à população, catalisou um crescente descontentamento popular, provocado basicamente pelas maciças demolições e despejos, pela alta do custo de vida, pelo desemprego, enfim, por um conjunto de fatores que a tornava ainda mais críticas as condições de vida de parcela significativa da população carioca (LAMARÃO, 1991, p. 115-116).

O regime republicano da maneira como foi orquestrado por Alves e Passos acabou por cair em “contradição” ao agir de maneira impositiva no que diz respeito à saúde e à moradia. Assim, alimentando descontentamento tanto de parte das elites quanto de considerável parcela das classes subalternas, que por sua vez se viram na legitimidade de resistir e agir, com o intuito de reparar essa injustiça por eles considerada (CARVALHO, 1987).

Por um lado, havia um setor elitizado descontente com a situação da república como um todo, cuja administração atuava pautada em preceitos dos quais discordavam. Compondo essa ala oposicionista, “Lauro Sodré e Barbosa Lima deixavam claro em seus discursos qual era o seu objetivo: acabar com a república dos fazendeiros, com a república prostituída, restaurar-lhes à pureza que para ele se encarnara em Benjamin Constant e Floriano Peixoto (CARVALHO, 1987, p. 127).

Do outro lado da moeda no aspecto sócio-político-ideológico, excluídos do jogo político formal, conduzidos por uma soma de fatores previamente fomentados:

[...] a população humilde da cidade viu reduzir-se a sua condição humana e sua capacidade de sobrevivência ao mais baixo nível. A equação dessas injunções, vistas pelo seu ângulo, traduzia-se em opressão, privação, aviltamento e indignidade ilimitados. Sua reação, portanto, não foi contra a vacina, mas contra a história. Uma história em que o papel que lhes reservaram pareceu-lhes intolerável e que eles lutaram para mudar (SEVCENKO, 2018, p. 65).

Em síntese, após incorrer sobre a cidade do Rio tamanha violência, o governo acabou por suspender temporariamente a obrigatoriedade da vacina no dia 16 daquele mês, se comprometendo a revisar a lei, de modo a minimizar sua natureza invasiva. Entretanto, vale frisar que “[...] após a virtual cessação dos serviços de vacinação devido à revolta, o Rio assistira a sua pior epidemia de varíola de todos os tempos — em 1908, com mais de 9 mil mortes (CHALHOUB, 1996, p. 108). Posteriormente, em consequência dessa grave crise, parcela da população, gradual e voluntariamente buscou se vacinar (DANDARA, 2022, p. 2).

Para além dos acontecimentos consequentes da Revolta da Vacina em si, é elementar nessa análise examinar seus desdobramentos nas décadas futuras. Após a dissolução da revolta, administradores públicos passaram a se deter com mais ênfase no que diz a respeito à conscientizar a população quanto ao caráter protetivo das vacinas³³, fomentando assim, o que viria ser considerada, décadas após esse incidente, considerada uma cultura de vacinação presente no país (HOCHMAN, 2011).

4 (DIS)PARIDADES ENTRE A REVOLTA DA VACINA E O NEGACIONISMO DO TEMPO PRESENTE

Mesmo com um histórico recente imponente no que diz respeito às campanhas de vacinação nacional, o Brasil foi permeado por uma atmosfera negacionista durante a pandemia de COVID-19, que, dentre variadas áreas, incidiu agudamente no descrédito à vacinação. Semelhante ao que aconteceu no início do século passado, no decurso correspondente a Revolta da Vacina, porém, em um outro contexto.

³³ “Se uma vacina não tivesse erradicado a varíola, essa doença continuaria causando a morte de uma pessoa a cada 6 segundos todos os dias” (OPAS, 2021, p. 5).

No ínterim entre o evento eclodido em 1904 e a pandemia decretada em 2020, houveram diversos fatores incidentes quanto à forma com que o Brasil e os brasileiros lidaram com a vacinação. O pesquisador da Fiocruz, Carlos Fidelis Ponte, delinea que “os últimos trinta anos do século XX são particularmente importantes no que concerne à estruturação de um aparato público voltado para a implementação de políticas de imunizações que dessem conta de todo o território” (PONTE, 2003, p. 622).

Com base na sofisticação sanitária sistemática ocorrida nesse período, se torna indispensável destacar, dentre tantas outras intervenções, o Programa Nacional de Imunizações. O PNI foi certamente um dos fatores que demarcaram a consolidação da tendência para a vasta adesão imunopreventiva nacional contemporânea. A respeito disso, afirmou Hochman que:

O Programa Nacional de Imunizações, criado em 1975 na esteira da erradicação da varíola no Brasil, é a expressão institucional desse processo, assim como os dias nacionais de vacinação – cruciais para a erradicação da poliomielite no Brasil – são a forma mais saliente de mobilização pública em torno da imunização (HOCHMAN, 2011, p. 376).

Como consequência de tal empreendimento, “ações planejadas e sistematizadas desenvolvidas em nosso país erradicaram a varíola em 1973 e a poliomielite em 1989, controlaram o sarampo, o tétano neonatal, as formas graves da tuberculose, a difteria, o tétano acidental e a coqueluche” (FEIJÓ; SÁFADI, 2006, p. 2).

Ao que se refere a elementos em comum entres os acontecimentos, é certo que em ambos os enquadramentos a configuração da opinião pública a respeito da vacina e da vacinação foi fortemente influenciada por veículos de mídia. Tratando a respeito do papel exercido pela mídia impressa, no tocante a divulgação científica durante anos iniciais do século XX, Salgado relata que:

No Brasil, observamos que a grande imprensa passa a abrigar de forma mais intensa e plural os debates sobre ciência. Os temas científicos passam a ser mais discutidos, ocupando editoriais, notas jornalistas, artigos e até cartas de leitores, não se restringindo apenas às grandes descobertas ou notas isoladas sobre conferências públicas, cursos ou exposições (SALGADO, 2018, p. 17).

Ao analisar o impacto da imprensa naquele período, considerando sua importância na persuasão da opinião pública, se sobressaem dois veículos: O Correio

da Manhã, de orientação liberal e militarista, vinculado à oposição; e O Paiz, conservador, moderadamente alinhado às proposições situacionistas.

Se tratando da Revolta da Vacina, a intervenção estatal, da forma como foi feita, considerada por parcela dos revoltosos como um “despotismo sanitário”, alimentou a narrativa fomentada por veículos de oposição. Que por sua vez, municiados pela indignação de diversas frações da sociedade carioca naquele contexto da aprovação da lei de obrigatoriedade, usaram e abusaram de investidas na tentativa de desacreditar a campanha de vacinação compulsória (CARVALHO, 1987).

Diferentemente do que vigorou durante a revolta de 1904, atualmente, durante a pandemia de COVID-19, torna-se plausível considerar que não há mais uma hegemonia por parte da mídia tradicional. É certo que os meios de comunicação em massa ainda impactam intensamente no cotidiano das pessoas, porém, é inegável que a internet revolucionou esse meio. A descentralização dos meios de comunicação é uma das características que têm perpassado a pandemia contemporânea (RECUERO *et. al.*, 2021).

Desde que as vacinas foram criadas, há mais de dois séculos, existem movimentos que as atacam. Portanto, não estamos diante de uma novidade. Contudo, com a internet, o acesso à informação rápida, as redes sociais e os influenciadores, essas teorias viajam pelo mundo sem que sejam comprovadas por evidências científicas ou pesquisas de especialistas (OPAS, 2021, p. 28).

Atualmente, existe uma gama de veículos que servem para transitar e propagar incontáveis informações e notícias respectivas às vacinas que circulam entre a população (OPAS, 2020). Com destaque para o Whatsapp e o Telegram, cujo a origem e mérito de muitas das (des)informações difundidas não é possível se quer apontar seus responsáveis, devido à dinâmica frenética vigente em tais plataformas. Quanto ao Facebook, um estudo de 2019 aponta que:

Os movimentos antivacina reúnem mais de 13 mil pessoas, organizadas em pelo menos cinco grupos secretos no Facebook, nos quais são compartilhados textos sobre as supostas reações às vacinas sem nenhuma base científica. Diante dessa realidade e da preocupação da OMS sobre o movimento em diversos países, o Facebook anunciou em março desse ano ações para reduzir o alcance de conteúdo antivacina na rede social (VASCONCELOS, 2019, p. 122).

Em contraste ao arranjo situado às vésperas da Revolta da Vacina, momento em que o Estado foi imponente e através da coerção buscou fazer valer sua proposta compulsória³⁴, promovendo internações forçadas, invasões, despejos e demolições; na conjuntura da Covid-19 o cenário tem sido outro. A maneira como o presidente da república brasileira conduziu os momentos de maior aflição na pandemia, diferentemente do que ocorreu no início do século, demonstra nítido favorecimento aos subversivos negacionistas.

Pronunciamentos como o de reiterar a não recomendação da vacinação em crianças³⁵ e o da interdição do passaporte vacinal³⁶ acabaram por estimular parcela da população brasileira a não aderir a campanha global de imunização. Há um evidente contraste entre o paradigma fomentado por Rodrigues Alves e o corroborado por Jair Bolsonaro. Enquanto um foi drasticamente agressivo quanto a vacinação (Sevcenko, 2018), o outro não somente foi negligente, quanto também fomentou intervenções infundadas, como a inescrupulosa “imunidade de rebanho”³⁷.

A conduta do chefe do executivo nacional durante a pandemia de Covid-19, com ênfase na esfera comunicacional, será mais detidamente analisada e descrita no último tópico desta seção. Ao articular o paradigma da comunicação no tempo presente ao comportamento populista de alguns líderes políticos respectivo a esse recorte, especialmente no Twitter, Monari *et. al.* descrevem que:

O populismo contemporâneo, portanto, rejeita a verdade baseada em evidências científicas como um horizonte comum e um esforço coletivo

³⁴ “O regulamento era extremamente rígido, abrangendo desde recém nascidos até idosos, impondo vacinações, exames e reexames, ameaçando com multas pesadas e demissões sumárias, limitando os espaços para recursos, defesas e omissões. O objetivo era uma campanha massiva, rápida, sem quaisquer embaraços e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo” (SEVCENKO, 2018, p. 10).

³⁵ Em pronunciamento, no dia 6 de janeiro de 2022, Bolsonaro conspira publicamente a respeito da vacinação infantil: “Você vai vacinar teu filho contra algo que o jovem por si só a possibilidade de morrer é quase zero? O que está por trás disso? Qual é o interesse da Anvisa por trás disso? Qual é o interesse das pessoas taradas por vacina? É pela sua vida? Pela sua saúde? Se fosse, estariam preocupados com outras doenças, e não estão. Quando se trata de criança, não se deixe levar por propaganda” (BOLSONARO, 2022). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/01/06/Bolsonaro-ataca-vacina-infantil-e-espalha-desinforma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

³⁶ Em pronunciamento oficial, no dia 7 de dezembro de 2021, Bolsonaro associou o passaporte vacinal a uma coleira: “Por que o passaporte vacinal? Que essa coleira que querem colocar no povo brasileiro, cadê a nossa liberdade? Eu prefiro morrer do que perder a minha liberdade” (BOLSONARO, 2021). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s1YTRZ61a9E>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

³⁷ “A imunidade de rebanho é uma realidade, a pessoa que se imuniza com o vírus tem muito mais anticorpos que aquela que se imuniza com a vacina” (BOLSONARO, 2022). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/01/06/Bolsonaro-ataca-vacina-infantil-e-espalha-desinforma%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

na vida democrática e passa a apostar no discurso de que é ele que oferece a verdade verdadeira, não proclamada pelas instituições que estão do outro lado da esfera – por exemplo, o jornalismo e ciência (MONARI *et. al.*, 2021, p. 4).

Antes de prosseguir com o enfoque esboçado a respeito de atores institucionais na comunicação político-sanitária, justificado pela pretensão do trabalho, torna-se interessante abordar um caso atual de vacinofobia, certamente o mais impactante do passado recente: me refiro ao polêmico estudo do ex-médico britânico, Andrew Wakefield, juntamente a exposições de impasses inerentes ao meio científico.

4.1 Caso Andrew Wakefield e a insidiosidade da comunicação científica

Um marco contemporâneo que reavivou o temor contra vacinas por parte de população foi o caso protagonizado por Andrew Wakefield (1957-) e a publicação de sua pesquisa comprovadamente deturpada e enviesada na prestigiada revista científica *The Lancet* em 1998 que correlacionou a vacina tríplice viral (MMR [caxumba, sarampo e rubéola]) ao autismo (ROCHEL, 2020; (OPAS, 2021).

A publicação desse artigo incidiu muito rapidamente na cobertura vacinal na Inglaterra. Logo fora constatado um declínio vacinal em torno de 19% após a publicação do texto, obtendo ressonância mundial posteriormente (CARDOSO *et. al.*, 2021). A repercussão e ampla exposição midiática capitalizadas pelo *paper*, por tratar de um assunto controverso, acabaram por impactar diretamente na decisão de pais que se viam referendados em relutar a vacinação de seus filhos (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL, 2020).

É importante ressaltar que os métodos de produção científica, precipuamente na vacinologia, são rigorosos e a publicação de um artigo, mesmo que em uma revista de notoriedade como a *Lancet*, não deve ser entendida como fato consumado pois essa é apenas uma parte do processo de validação (SOUZA *et. al.*, 2020). Após a publicação de uma pesquisa é normal que os pares façam leitura do texto, se apropriem dos métodos nele descrito e busquem compreender e reproduzir os resultados ali retratados. (CHALMERS, 1993).

Esse processo de sabatina por vezes resulta na apreensão de incongruências, que, considerada a devida proporção do erro, pode gerar consequências aos autores que variam desde uma pontual retratação até a remoção do artigo, cassação de títulos

e exoneração do ofício, por exemplo. No caso retratado, além de retirar a publicação de Wakefield do ar, o periódico The Lancet se retratou com veemência e o médico acabou por perder o direito de exercer medicina no Reino Unido (BARBOZA; MARTORANO, 2017).

Observando de maneira panorâmica, a correlação feita por Wakefield e os demais pesquisadores envolvidos na publicação causou um dano agudo na imunoprevenção global, de modo que nem mesmo a retratação (RETRACTION, 2010) da Lancet foi capaz de reparar. A iniciar pela distância temporal entre a publicação (1998) e a retratação (2010); houve mais de uma década para difusão da fajuta correlação, e suas consequências podem ser observadas na diminuição da cobertura vacinal pelo mundo, sobretudo em países europeus e norte-americanos (ABDULLATIF; MONTEIRO, 2021; BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021).

Em meio a tamanho burburinho, se faz oportuno ressaltar o trabalho averiguador feito pelo repórter investigativo Brian Deer, que em 2011 através de artigos expôs o caráter fraudulento do estudo de Wakefield (BARBOZA; MARTORANO, 2017). O jornalista trouxe à tona, já em 2004, uma matéria no jornal The Sunday Times que continha uma denúncia de conflito de interesses relacionados a pesquisa de Wakefield, relatando que o médico possuía elo com uma firma de advogados envolvidas em trâmites judiciais relacionados a fabricantes de vacinas³⁸, além da ambição em patentear seu próprio imunizante como alternativa a vacina MMR (CANCIAN, 2020).

Esse caso envolvendo o tradicional Lancet, o ex-médico e pesquisador Andrew Wakefield juntamente ao repórter investigativo Brian Deer serve como amostragem dos possíveis efeitos colaterais atrelados à autoridade dissociada dos devidos processos analíticos. Em um ecossistema de construção de conhecimento o *argumentum ad verecundiam*³⁹ deve ser constantemente policiado para que se evite a admissão de premissas e conclusões im procedentes.

³⁸ Entrevista cedida por Brian Deer ao jornal Observador em junho de 2016. In: Observador. Disponível em: <<https://observador.pt/2016/06/19/brian-deer-as-pessoas-nao-deviam-acreditar-no-que-leem-nas-publicacoes-medicas/>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

³⁹ “É uma falácia informal que apela para a palavra ou reputação de alguma autoridade a fim de validar o argumento. Este raciocínio é absurdo quando a conclusão se baseia exclusivamente na credibilidade do autor da proposição e não nas razões que ele apresentou para sustentá-la”. In: Google Arts & Culture. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/entity/m04g_7?hl=pt>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

Por se tratar de um estudo encabeçado por um “*expert*”, em um veículo renomado, “mesmo depois de mais de duas dezenas de trabalhos publicados mostrando que o trabalho de Wakefield é infundado” (BARBOZA; MARTORANO, 2017, p. 60), a vil credibilidade a ele atribuída naquele momento acabaram por transcender as contrapartidas direcionadas posteriormente, em sentido da reparação dos danos ocasionados.

Diante de tal circunstância, trabalhos como o executado por Brian Deer que mesmo não sendo um cientista de ofício, devem ser valorizados e considerados substanciais no processo de construção do conhecimento científico, que deve ter, para além de tudo, compromisso com a coleta de dados e a apresentação dos resultados. Além de que, é de crucial importância se atentar a qualidade das fontes e os métodos da construção da pesquisa, para que, a partir da devida avaliação, seja possível obter uma análise coerente e bem embasada.

O trabalho depreciativo de Wakefield, mesmo sem o devido rigor metodológico, com um número ínfimo e arbitrário de pacientes analisados, cuja as conclusões foram derivadas de viés especulativo e sem contar com nenhuma replicação das informações supostamente encontradas, acabou por “calcificar socialmente” a errônea ideia de que vacinas causam autismo (OPAS, 2021).

A declaração de retratação cita as conclusões do GMC de que os pacientes não foram encaminhados consecutivamente e o estudo não teve aprovação ética, deixando a porta aberta para aqueles que querem continuar acreditando que a ciência, embora sempre tenha sido falha, ainda está de pé (GODLEE; SMITH; MARCOVITCH, 2011, p. 4, tradução extensão Google Translate)⁴⁰.

A considerável adesão de parcela da população a esse tipo de ideia indica que a democratização do conhecimento científico ainda está longe de ser uma realidade (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021), ao levar em conta que, infelizmente, “cortes nas despesas com a ciência, ajustes estruturais e realocação de fundos, controle da informação e promoção da pseudociência acontecem no Brasil e se agravam de formas alarmantes” (MONARI *et. al.*, 2021, p. 17).

⁴⁰ “The retraction statement cites the GMC’s findings that the patients were not consecutively referred and the study did not have ethical approval, leaving the door open for those who want to continue to believe that the science, flawed though it always was, still stands” (GODLEE; SMITH; MARCOVITCH, 2011. p. 4).

4.2 Palanque e insipiência, uma combinação inflamável

No Brasil, o contexto que perpassou a pandemia acabou por conjecturar um caráter político-partidário ao ato de se imunizar contra o SARS-CoV-2. Uma ação que deveria ser antes de tudo, de teor sanitário, acabou sendo tragada pelo cenário político nacional, radicalmente polarizado. Como bem descreve o especialista em saúde pública, Carlos Fidelis Ponte, essa disputa argumentativa possui todo um histórico conflituoso global:

Bastante matizado, o debate em torno da utilização das vacinas tem envolvido grupos religiosos, facções políticas e científicas, passando por grupos sociais que pregam uma vida distante da sociedade de consumo, pautada por ideais ecológicos e mais próxima da natureza, até setores adeptos de uma intervenção mais firme e efetiva do Estado sobre a sociedade que se justificaria pela defesa do bem comum (PONTE, 2003, p. 620).

Rochel incrementa a discussão ao analisá-la historicamente, levando em conta que, no passado, “grande parte desta resistência podia ser atribuída à ignorância sobre as vacinas ou a sua eficácia. A existência de tais movimentos em países com populações altamente instruídas na véspera da terceira década do século XXI é mais difícil de compreender” (ROCHEL, 2020, p. 2).

Atualmente, as informações relacionadas às vacinas se tornam bastante acessíveis. Quanto a isso, é válido ressaltar que o tráfego de más informações também fora incrementado semelhantemente nas últimas décadas. Desse modo, “o espalhamento de desinformação tem sido um dos grandes problemas para as políticas de saúde pública no Brasil, notadamente surgindo como um dos grandes desafios no combate à pandemia de coronavírus” (RECUERO *et. al.*, 2021, p. 3).

A desinformação e os movimentos antivacina dificultam o combate à pandemia da Covid-19, uma vez que a sociedade convive com o excesso de informações, em um cenário em que ainda permanecem dúvidas sobre a transmissão do vírus, sintomas da doença, vacinação, entre outros aspectos (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021, p. 7).

Consequentemente, a rede que potencializa a voz de Natalia Pasternak⁴¹ é a mesma utilizada para propagar proposições como as de Mayra Pinheiro, também

⁴¹ “Natalia Pasternak é formada em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB-USP) e tem PhD com pós-doutorado em Microbiologia, na área de Genética Molecular de Bactérias pelo Instituto de Ciências Biomédicas da mesma universidade (ICB-USP)”. In: Instituto

conhecida nacionalmente por “Capitã cloroquina”⁴². Perante os anos iniciais da pandemia de Covid-19 se tornou bastante perceptível o caos informacional próprio das sociedades contemporâneas⁴³. A descentralização dos meios de comunicação e a grande adesão e utilização de redes sociais como o Facebook e Twitter serviram de trampolim para a consolidação dessa forma de ser informado e informar outras pessoas no Brasil.

Enquanto no passado as visões contrárias se limitavam provavelmente a bolsões isolados e dispersos, as redes sociais mediadas pela Internet permitem que tais bolsões convivam e coalesçam, ganhando a massa crítica necessária para se tornarem participantes estridentes da discussão geral (ROCHEL, 2020, p. 3).

O momento em que a internet chegou ao Brasil⁴⁴ coincidiu com a mobilização de esforços governamentais ao longo das décadas finais do século XX que resultaram na criação e consolidação de alguns dos mais importantes instrumentos de saúde pública vigentes no país; viabilizando “a montagem de um parque produtor de vacinas, a instituição da vigilância epidemiológica, a organização do controle de qualidade e a proposta de constituição do SUS” (PONTE, 2003, p. 650).

Em vista do que fora apresentado até então, almejando ilustrar o feito do negacionismo antivacinista brasileiro, o presente trabalho se deterá sobre a maneira com que a politização, a desinformação e o negacionismo se interpuseram em meio a campanha de vacinação contra a Covid-19 no Brasil contemporâneo (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021).

Questão de Ciência. Disponível em: <<https://iqc.org.br/diretoria/natalia-pasternak/>>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

⁴² Entusiasta dessa intervenção farmacológica, a médica não cessou em incentivar a ingestão do medicamento em questão mesmo diante de expressivas contraindicações. “Testes com hidroxicloroquina apresentaram resultados promissores no início da pandemia; porém, estudos posteriores mostraram a ineficácia do medicamento para tratamento de COVID-19 e a Organização Mundial da Saúde decidiu encerrar os testes com a droga” (RECUERO *et. al.*, 2021, p. 7).

⁴³ Carl Sagan, em um artigo de setembro de 1989 certa vez deixou registrado que “vivemos em uma sociedade extremamente dependente da ciência e tecnologia, na qual pouquíssimos sabem alguma coisa sobre ciência e tecnologia. Isto é uma clara prescrição para o desastre”, tradução minha. In: Parade Magazine. Disponível em: <<http://plaza.ufl.edu/trishak/Carl%20Sagan%20-%20Why%20We%20Need%20To%20Understand%20Science.pdf>>. Acesso em: 08 de julho de 2022.

⁴⁴ “A internet chegou ao Brasil em 1981 por meio da Bitnet, uma rede de universidades fundada em 1981 e que ligava Universidade da Cidade de Nova York (CUNY) à Universidade Yale, em Connecticut. [...] A partir de 1994, a internet se desloca da academia e começa a ser comercializada.”. In: Eletronet. Publicado em 27 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.eletronet.com/blog/surgimento-e-evolucao-da-internet-no-brasil/#:~:text=A%20internet%20chegou%20ao%20Brasil,%C3%A0%20Universidade%20Yale%2C%20em%20Connecticut>>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Para ilustrar a insensatez do presidente durante o enredo em que o SARS-CoV-2 assolou a população brasileira, fora tomado como base a análise de Monari *et.al.* (2021), juntamente a transcrição textual executada de uma fala do presidente Bolsonaro por Bezerra, Magno e Maia (2021), concatenada ao "Guia para os profissionais da saúde" elencado pela OPAS (2021). Serão destrinchadas passagens do pronunciamento feito por Bolsonaro no dia 17 de dezembro de 2020⁴⁵ que corroboram com a explanação desenvolvida na presente subseção, cuja pretensão é operar um “*exposed*”⁴⁶ crítico” das gafes negacionistas do presidente durante essa fala.

“A vacinação contra Covid-19 é um bom exemplo dessa questão. Diversos atores compartilharam seus pensamentos sobre o imunizante e o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, não é exceção a isso” (MONARI *et. al.*, 2021, p.2): Através de aparições públicas, lives, tuítes e pronunciamentos em seu cercadinho⁴⁷, Bolsonaro foi implacável ao considerar seu empenho em minimizar a ameaça do vírus⁴⁸, fazer proselitismo no tocante a suposta dinâmica "economia ou saúde" e também nos ataques à mídia tradicional e a ciência.

Um dos pilares que alimentam o discurso do PR diz respeito às falácias de cunho naturalista: “a imunidade natural é melhor que a que a vacina propicia” (ROCHEL, 2020). Sidney Chalhoub em seu livro “Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial” cita um ilustre exemplo de *vacinophobia* na segunda metade do século XIX. O vacinóforo⁴⁹ em questão é o Dr. Verdé-Deslise, defensor da propagação natural da doença. Descreve Chalhoub: “Deslise defendia a tese de que a varíola era uma fase necessária da vida humana, assim como a dentição e a

⁴⁵ Bolsonaro: "Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso". In: UOL. Publicado em 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8&t=9s>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

⁴⁶ Gíria popular entre os internautas contemporâneos, configura “um dos casos utilizados como forma de denúncia na internet. A gíria significa algo que está sendo exposta ou revelada, principalmente nas redes sociais”. In: Pravalier. Disponível em: <<https://www.pravalier.com.br/memes-hashtags-siglas-e-gurias-da-internet-conheca-as-60-mais-populares/#:~:text=A%20g%C3%ADria%20significa%20algo%20que,revelada%2C%20principalmente%20nas%20redes%20sociais>>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

⁴⁷ “Na frente do Palácio da Alvorada há um local reservado para o presidente Jair Bolsonaro dar declarações e tirar selfies com eleitores. Apelidado de “cercadinho”, o lugar é praticamente um palco montado apenas para o presidente ouvir elogios e manifestações de apoio”. In: ISTOÉ. Publicado em 19 de junho de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/cercadinho-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

⁴⁸ “Os pacientes com COVID-19 necessitam de terapia intensiva no hospital com uma taxa seis vezes maior do que na pandemia de influenza A/H1N1 em 2009. Muitos sobreviventes sofrem graves consequências para a saúde a longo prazo” (OPAS, 2021, p. 20).

⁴⁹ Vacinóforo é aquele que tem “medo ou aversão às vacinas” In: Dicionário Priberam Online de Português Contemporâneo. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/vacinofobia>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

menstruação, sendo prejudicial que os médicos tentassem intervir para evitar que as pessoas, especialmente as crianças, a contraíssem” (CHALHOUB, 1996, p. 121).

O exemplo anteriormente mencionado serve para exemplificar o quão antigas são esses tipos de proposições. “Eu já tive o vírus. Eu já tenho anticorpos. Pra que tomar vacina de novo?” (BOLSONARO, 2020): Em uma fala proferida no dia 17 de dezembro de 2020, ao se auto referir como já recuperado da infecção provocada pelo vírus, logo, supostamente resguardado da nocividade do patógeno, o presidente acaba por se desfazer de possíveis ameaças futuras que podem ser infligidas pelo agente patogênico.

Essa narrativa se relaciona com um dos pseudo argumentos mais comuns utilizado por *antivaxxers* elencados por Kenneth Rochel (2020), o de que a imunidade natural estimulada pela infecção direta (nesse caso, por SARS-CoV-2) ofereceria proteção mais segura contra o vírus⁵⁰, e, da maneira como foi apresentada pelo líder executivo, até mesmo ofereceria proteção de forma definitiva, dispensando assim a necessidade de se preocupar com uma possível reinfecção, e, conseqüentemente, de se vacinar também.

Essa concepção está profundamente equivocada. Para explicitar, considere a seguinte analogia: a presença de equipamentos de proteção em um conflito bélico deve minimizar os riscos de algo mais grave acontecer, como em uma eventual interação com estilhaços (por mais que já tenham acontecido), por exemplo. Resumidamente, “em razão dos graves riscos para a saúde associados com a COVID-19 e da possibilidade de reinfecção, pode-se recomendar às pessoas que se vacinem contra a COVID-19, mesmo as que já tiveram a doença” (OPAS, 2021, p. 31).

A segunda premissa analisada nesse mesmo discurso do presidente é a seguinte: “Como você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a terceira fase? Ainda tá na experimental” (BOLSONARO, 2020). Diante do burburinho condicionado pela atmosfera pandêmica que se impôs nos últimos anos, a hesitação às vacinas se tornou consequência desse cenário. Em meio a isso, eclodiram certas desconfianças por parte da população a respeito da produção dos imunizantes, e a velocidade com que foram desenvolvidos certamente foi um dos fatores para alimentar esse receio.

⁵⁰ “vi) A imunidade “natural” seria melhor: subestimando os riscos de exposição a doenças imunopreveníveis, sem uma compreensão real de como a imunidade funciona e apoiando-se fortemente em falácias naturalistas [...]” (ROCHEL, 2020, p. 4).

A mobilização científica ocasionada pela pandemia do SARS-CoV-2 consolidada em 2020 foi algo inédito. Pesquisadora e laboratório espalhados por todo mundo concentram-se em pesquisas adjacentes ao novo coronavírus (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021). O resultado de tamanho empenho e alocação de recursos foi o desenvolvimento de diversas vacinas em tempo reduzido (OPAS, 2021)⁵¹.

É verdade que as vacinas contra a COVID-19 foram desenvolvidas com mais rapidez que qualquer outra, mas cada uma delas passou pelos mesmos ensaios clínicos que todas as demais vacinas, nos quais a segurança e a eficácia são as prioridades (OPAS, 2021, p. 22).

Ao supervalorizar um infundado tratamento precoce “à base de medicamentos como hidroxicloroquina (para malária) e ivermectina (vermífugo)” (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021, p. 17) e pôr em xeque a procedência das vacinas, baseado, “sobretudo, no argumento de que o imunizante estaria sendo feito rápido demais e que não haveria a necessidade de “açodamento” (MONARI *et. al.*, 2021, p. 12), Bolsonaro acaba promovendo instabilidade sanitária. Ao propagar informações improcedentes como essa, o presidente desencoraja parcela da população a se vacinar, uma vez que o enxergam como fonte confiável, como figura de autoridade no assunto.

Outro ponto que deve ser considerado a respeito da velocidade com que as vacinais foram aprovadas é que “o acompanhamento da eficácia das vacinas contra COVID-19 foi mais rápido do que com outras doenças, em razão da alta taxa de incidência na população” (OPAS, 2021, p. 22).

A terceira e última avaliação do discurso tem como substrato a defesa da liberdade individual: “Estamos mexendo com vidas! Cadê a nossa liberdade?” (BOLSONARO, 2020), disse o presidente, ainda neste pronunciamento, ao demonstrar contrariedade a uma medida provisória reivindicada por parte dos congressistas que previa a vacinação compulsória⁵². Para além disso, ainda faz alarde descabido ao insinuar que a vacinação seria uma ameaça à integridade das pessoas;

⁵¹ De modo geral (não necessariamente correspondentes às vacinas específicas contra a Covid-19), “existem cinco tipos principais de vacina: 1. Vivas atenuadas. 2. Inativadas. 3. De subunidades, recombinantes, polissacarídicas e combinadas. 4. De toxoides. 5. De mRNA” (OPAS, 2021, p. 9).

⁵² “Na prática, a compulsoriedade de uma vacina autoriza tão somente que o Poder Público implemente medidas indiretas para aumentar o alcance da vacinação, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares àqueles que não se imunizaram”. In: Vernalha Pereira. Publicado em 18 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://vernalhapereira.com.br/afinal-o-que-e-a-vacinacao-compulsoria/>>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

“o que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas!” (BOLSONARO, 2020). Ao agir desse modo, o chefe do executivo, mais uma vez, chancela a insubordinação dos antivacinistas.

O cerne argumentativo dos simpatizantes costuma assentar-se sob a égide da individualidade, do poder de escolha. Segundo o que defendem, sua conduta pessoal deve ser imaculada de intervenções externas. Ao agirem dessa maneira não se dão conta de que, no que tange a vacinação, ao negarem se vacinar, sua decisão não está atingindo apenas a si, mas a todo corpo social do qual fazem parte (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021). Aproveitando dessa ambiguidade conceitual, comunicacional e legislativa:

Para reforçar a sua ênfase na liberdade do indivíduo de se vacinar, Bolsonaro, portanto, se utiliza dessa tática da “verdade dividida” e oferece para os seus seguidores do Twitter uma narrativa alternativa da mídia tradicional, das universidades e, com toda a certeza, de seus opositores políticos (MONARI *et. al.*, 2021, p. 16).

As contradições desse paradigma egoísta de liberdade se tornam evidentes quando, ao assumir uma postura em dissonância com as normas sanitárias implementadas pelas entidades especializadas, os negacionistas acabam por adotar uma postura ríspida diante das represálias consequentes de seu comportamento. Ou seja, optam por exercer um posicionamento biomédico indesejável, mas não admitem as retaliações dele decorrentes.

Posteriormente ao pronunciamento alvo da abordagem, durante os meses iniciais da campanha de imunização contra a COVID-19, foi percebida certa hesitação vacinal⁵³ por parte da população, porém, não de maneira aguda e generalizada. O que leva a considerar que, nem todos os sujeitos antipáticos as novas vacinas, a princípio, seriam vacinóforos, radicais. Dessarte, essa margem de manobra deve ser explorada para que cada vez menos hajam pessoas passíveis de se tornarem *antivaxxers*, desse modo:

Existe um grupo importante que não é necessariamente antivacina, mas suscetível de ser convencido por ativistas antivacina, os chamados indivíduos “em cima do muro”. Este é um público prioritário para tais esforços, uma vez que, na ausência de um contra-

⁵³ “Tal resistência é conceituada como “hesitação vacinal”, que significa o processo de recusa ou o atraso na aceitação de vacinas, apesar da disponibilidade nos sistemas de saúde. É afetada pelas variáveis de confiança, complacência e conveniência, e surge no contexto histórico da vacinação” (SOUTO; KABAD, 2021, p. 1).

argumento, o ativismo antivacina irá conquistá-los por omissão (ROCHEL, 2020, p. 5).

Em suma, a conjuntura político-institucional brasileira vigente nesse recorte acabou por condicionar vieses politizados ao debate decorrente da imunização. O que deveria ser uma prioridade de Estado por se tratar de saúde pública acabou por promover palanques ideológicos e discursivos. Com isso, foi constatado que, “às fake news disseminadas pelos meios digitais relacionadas à COVID-19 tem o potencial de influenciar o comportamento da população, prejudicando sua adesão aos cuidados comprovados pela ciência” (BARCELOS *et. al.*, 2021, p. 5), ao ratificar que:

Em um cenário infodêmico, o discurso do presidente Jair Bolsonaro tem conduzido um manual de infoxicação, semeando dúvidas e conspirações na população. “Vacinas chinesas” não são confiáveis. Quem já foi infectado pelo novo coronavírus não precisa se vacinar. Efeitos colaterais graves. “Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Doria queria obrigar todos os paulistanos a tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais seria obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”. Declarações que aumentam a insegurança (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021, p. 15).

O presidente, segundo constatado por Monari *et. al.*, “reforça a lógica populista contemporânea e endossa a alegação de que somente ele poderia oferecer ao público a “verdade” sobre a vacinação contra a Covid-19, uma vez que a ciência e a mídia estariam atendendo aos interesses da elite” (2021, p. 17).

O descaso com algo tão ameaçador quanto uma pandemia cujo agente patológico ocasiona síndrome respiratória aguda grave se materializa através de uma catástrofe. Tamanha poluição informacional tende acarretar em consequências sócio-sanitárias nefastas, “dado que a crença em informações falsas se dá numa dimensão simbólica que se estende às práticas, assim, a falsa sensação de segurança compromete o cumprimento de orientações confiáveis para a própria proteção dos indivíduos” (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021, p. 11).

Nota-se que a desinformação é capaz de reforçar a ambiência negacionista direcionada à vacinação contra a Covid-19. Que pode ser ainda mais danosa quando emitida por agentes públicos, dada a sua influência na sociedade, visto que chancelam a recusa a um imunizante que garante proteção contra um vírus causador de tantas mortes, atuando assim na negação da própria vida (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021, p. 14).

Desolador constatar que o representante político de maior notoriedade no país seja um propagador de falácias negacionistas, de uma política mórbida. Se levarmos em conta a multimilenaridade da nossa existência enquanto homo sapiens sapiens, as vacinas surgiram “ontem”; porém, mesmo tendo existência recente, a imunoprevenção através das vacinas já se impõem como uma “arma” contemporânea das mais eficazes, no entanto, seu intuito, diferentemente dos armamentos convencionais, não é de tirar vidas, mas sim as preservar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inclinações antivacinistas nacionais contemporâneas se distinguem das motivações do evento eclodido em 1904 na medida em que, dentre outros fatores, a raridade de doenças como a meningite e a caxumba faz com que parte da população (imaginário coletivo) não enxergue a nocividade de doenças imunopreveníveis devidamente: as vacinas acabaram por se tornar vítimas de sua própria eficácia (ROCHEL, 2020). Essa postura passiva adotada por alguns parece não se dar conta que foi justamente o empenho institucional em imunizar através das vacinas que, em grande medida, contornou esse flagelo. Assim:

Embora muitas pessoas acreditem que as doenças imunopreveníveis (como poliomielite, difteria, sarampo e outras) sejam coisa do passado, a realidade é que elas ainda existem e estão sob controle exatamente porque a comunidade as evita através da vacinação coletiva. Uma pessoa desprotegida pode contraí-las e colocar em risco toda a população (OPAS, 2021, p. 6).

Ainda na contemporaneidade, há de se considerar que a passividade adotada também por alguns profissionais da área da saúde e administradores públicos em relação aos militantes antivacina, sobretudo em ambientes virtuais, possa ser enquadrada como uma conduta que favorece a propagação de tal proceder. Muitas vezes, por, sob a ótica dos especialistas, se tratar de uma discussão absurda, alguns acabam por abrir mão da combatividade ao se deparar com tamanhas incongruências que fundamentam esse comportamento negacionista.

Entretanto, ao agirem dessa maneira, se eximindo da discussão, acabam por propiciar que variados espaços sejam ocupados por discursos pseudocientíficos, que por vezes cativam sujeitos desprovidos de embasamento crítico, fazendo assim com que as facetas antivacinistas potencialmente adquiram mais adeptos (ROCHEL,

2020). Em linhas gerais, os *antivaxxers* parecem não se dar conta de que, “quando não existiam vacinas, o mundo era um lugar muito mais perigoso. Milhões de pessoas morriam todos os anos por causa de doenças. A varíola, por exemplo, matou mais de 300 milhões de pessoas em todo o mundo somente no século XX” (OPAS, 2021, p. 3).

Esse fenômeno comunicacional ganha ainda mais vigor quando entoado por figuras relevantes em suas respectivas épocas; assim foi com Rui Barbosa⁵⁴, talvez o mais ilustre antivacinista durante a revolta do século passado, e, do mesmo modo, continua sendo na contemporaneidade. Tal fator não pode ser desprezado, ao levar em conta que “a disseminação de informações falsas pode ser impulsionada por pronunciamentos de atores políticos que possuem visibilidade na esfera social, a exemplo do presidente Jair Bolsonaro, com expressivo poder de reforço a narrativas que legitimam a desinformação” (BEZERRA; MAGNO; MAIA, 2021, p. 11). Em síntese, no tocante a Revolta de 1904:

Para Fidelis da Ponte, a estratégia usada contra a varíola, por meio da vacinação obrigatória, errou, principalmente, no aspecto da comunicação. “Oswaldo Cruz escrevia tratados, artigos de jornal, textos de cunho acadêmico e científico que detalhavam como a vacina funcionava e os seus efeitos positivos. Mas a grande maioria da população era analfabeta ou semianalfabeta. Os críticos do médico se aproveitavam disso e utilizavam charges publicadas nos jornais, marchinhas e mesmo os boatos para ironizarem a iniciativa. Eram armas poderosíssimas que convenciam o povo”, salienta o historiador (DANDARA, 2022)⁵⁵.

Da mesma forma que antivacinistas ventitam suas falácias, explorando o potencial comunicativo das redes, assim também deve ser feito pelas autoridades competentes. Levantamentos percentuais de efeitos colaterais, imagens que

⁵⁴ Por mais que tenha se arrependido e reconhecido o mérito de Oswaldo Cruz e da vacina antivariólica, em dado momento, “dentre aqueles que não queriam colocar dentro do corpo o vírus da própria doença, estava ninguém mais, ninguém menos que a Águia de Haia, o intelectual Rui Barbosa. Para o estudioso, a vacina não era inofensiva. Pelo contrário, ele considerava “veneno” a introdução no sangue, de um vírus, “em cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutora da moléstia, ou da morte”. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/330685/lei-da-vacina-obrigatoria-e-uma-lei-morta---disse-rui-barbosa-contravacina-de-doenca-mortal-do-seculo-xx>>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

⁵⁵ Citação extraída de uma entrevista cedida pelo historiador e pesquisador Carlos Fidelis da Ponte, do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) à também pesquisadora Luana Dandara (Portal Fiocruz). In: Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. Publicado em 9 de junho de 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

apresentem as moléstias, depoimentos de enfermos, entre outras abordagens correspondentes ao ônus e bônus das vacinais devem se fazer presentes em todos os suportes midiáticos viáveis.

Isto significa que, para desenvolver mensagens pró-vacina eficazes, é preciso ter em mente alguns pontos-chave: evitar repetir a linguagem dos tropos-chave antivacina, para não os reforçar; considerar a ressonância emocional das ideias apresentadas, por exemplo a importância de proteger as crianças, as suas próprias e em geral, ou ter em conta as necessidades daqueles que não podem ser vacinados, seja porque são demasiado jovens ou demasiado frágeis; acima de tudo, evitar ser paternalista e antagônico com as pessoas “em cima do muro” (ROCHEL, 2020, p. 5).

De tal modo, devem ser empenhados esforços para que sujeitos suscetíveis a serem cativados pelas proposições negacionistas, antes tenham a oportunidade de acessar e de elaborar ferramentas que lhes auxiliem a reconhecer a importância da vacinação. Assim, fazendo valer e preservando a cultura pró-vacinação que tem sido aprimorada no país ao longo das últimas décadas, e que continua a demonstrar sinais de vigor, mesmo diante de um executivo federal obscurantista e leviano.

Vale ressaltar que muito dessa conquista se deve ao SUS. O sistema vigente no país possibilita, entre tantas outras coisas, uma tranquila ida dos pais às Unidades Básicas de Saúde (UBS [postinhos]) para vacinarem seus filhos nos devidos estágios de desenvolvimento da criança conforme previsto no calendário de vacinação, gratuitamente. O SUS (Sistema Único de Saúde) está longe de ser considerado um programa perfeito, porém, há de se conhecer sua importância e contribuição no desenvolvimento e consolidação do saneamento nacional.

Tais fatores induzem a conclusão de que não há, atualmente, um movimento antivacina radicalizado expressivo em âmbito nacional. Majoritariamente, aqueles que não estão adequados às imunizações previstas se encontram nessa situação mais por “inércia” do que propriamente por corroborar com a concepção de que “há uma conspiração global que visa manipular suas vidas” etc., por exemplo. Entretanto, especialistas, comunicadores, profissionais, técnicos e administradores devem se mobilizar em prol de conscientizar esses sujeitos displicentes, para não correr o risco da conquista por omissão por parte dos negacionistas.

Evidente que sim, existem indivíduos ferrenhamente contrários aos imunobiológicos em território nacional, que consomem esse tipo de conteúdo e o propagam por plataformas comunicacionais, entretanto, não foi exequível identificar

uma agremiação coordenada aos moldes do que é possível constatar em países como o EUA e Inglaterra, por exemplo. Em linhas gerais, para além das teorias conspiratórias que atribuem inúmeros malefícios atrelados à vacinação, a falta de um senso de urgência pode ser indicado como fator basal para o declínio nas taxas de imunização no Brasil contemporâneo (GRAGNANI; SENRA, 2019)⁵⁶.

Assim, ao término da investigação, se verificou que os objetivos foram atendidos e que as hipóteses elencadas foram comprovadas. Portanto, a pesquisa aponta que a má instrução científica básica por parte da população é um fator decisivo para adesão de ideias anticientíficas a respeito das vacinas; também que veículos de propagação de (des)informação em massa tem o potencial de ampliar essa má compreensão científica; e que pessoas de relevância no cenário nacional acabam por incentivar ações e condicionar posicionamentos através de discursos negacionistas.

Ainda no fechamento do trabalho, ao contrastar os eventos alvo da análise, é percebido que, diferentemente dos fluminenses do início do século, contemporâneos que vivenciaram a pandemia do novo coronavírus dispunham de instrumentos valiosíssimos no que diz respeito ao combate de surtos, epidemias e endemias em no Brasil; que por sua vez facilitam a contenção de danos e a implementação de campanhas de vacinação, por exemplo. Porém, também que, tão importante quanto esse sistema sanitário, atualmente, para citar Hochman (2011), também dispomos de uma cultura de vacinação, fruto de muito empenho e investimento ao logos de décadas.

Nesse sentido, por mais que tenha havido certa “hesitação vacinal” durante momentos chave, em meio a pandemia do novo coronavírus, esta foi manifestada por uma pequena parte dos brasileiros; muito em decorrência da falta de senso de urgência, da passividade por parte da população, e não por estarem ideologicamente alinhados a conspirações presentes em movimentos internacionais. Recapitulando, atualmente, o arranjo sanitário ativo no país é material e imaterialmente muito mais apto para lidar com esses tipos de problemas que aquele em vigor no Rio de Janeiro do início do século passado. De modo semelhante em que, o trânsito de (des)informações também foi agudamente intensificado na contemporaneidade.

⁵⁶ Citação extraída da fala do Dr. Drauzio Varella em uma entrevista cedida a Juliana Gragnani e Ricardo Senra, da BBC News Brasil em Londres. Movimento antivacina é criminoso, diz Drauzio Varella. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (40 minutos). Publicado pelo canal BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cg-Vm6R5XNI&t=1832s>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

Por mais que o negacionismo antivacina nacional contemporâneo tenha sido pouco expressivo até o dado momento, não significa que essa “meia dúzia de imprudentes” deva ser negligenciada. Não é motivo para que, em hipótese alguma, as autoridades competentes baixem a guarda, pelo contrário; se deve repreender e combater de maneira veemente toda e qualquer oposição descabida as vacinas, cada novo adepto desse obscurantismo fantasiado de individualismo deve ser considerado uma ameaça social real. Esse policiamento deve ser empreendido no sentido de resguardar todas as valorosas conquistas que possibilitaram frutificar uma cultura de imunoprevenção no país.

REFERÊNCIAS

ABDULLATIF. Maria Teresa Ghiuro Valentini; MONTEIRO. Paulo Henrique Nico. Saiba mais sobre Brian Deer, o homem que desmascarou a fraude que ligava vacinas ao autismo. In: Instituto Butantan – A serviço da vida. Publicado em 14 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/butantan-educa/saiba-mais-sobre-brian-deer-o-homem-que-desmascarou-a-fraude-que-ligava-vacinas-ao-autismo>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

ALBERGARIA, D. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas no Rio. Revista Com Ciência, Campinas, Labjor Unicamp, ed.118. mai 2010.

ALVES, F. P. R. Discurso de posse de Rodrigues Alves realizado em 15 de novembro de 1902. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/rodrigues-alves/discursos/Rodrigues%20Alves%20-%20Manifesto%20Inaugural%201902.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

BARBOZA, Renato; DE ASSIS MARTORANO, Simone Alves. O caso da vacina tríplice e o autismo: o que os erros nos ensinam sobre os aspectos da natureza da ciência. Histórias das ciências, epistemologia, gênero e arte, p. 53, 2017.

BEZERRA, Josenildo Soares; MAGNO, Madja Elayne da Silva Penha; MAIA, Carolina Toscano. Desinformação, antivacina e políticas de morte: o mito (d) e virar jacaré. Revista Mídia e Cotidiano, v. 15, n. 3, p. 6-23, 2021.

BOLSONARO: "Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso". [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 minutos). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8&t=9s>>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

BYNUM, William. Uma breve história da ciência. Tradução: Iuri Abreu. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

CANCIAN, N. Vacinas, fake news e o papel do jornalista de saúde. Fake News e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília, Brasília, 2020.

CARDOSO V. M. V. de S.; BIANCO E.; ACCORDI N. Q.; PIMENTEL ÁGATA B. N. M.; LOURENÇO F. da S.; CRESSONI V. D.; MIRANDA A. C. F. R.; MILAGRES C. S. Vacinas e movimentos antivacinação: origens e consequências. Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 21, p. e6460, 18 fev. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. In: _____. Cidadãos Ativos: A Revolta da Vacina. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 91-139.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. In: _____. Varíola, Vacina e "Vacinophobia". São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 97-185.

CHALMERS. A. F. O que é ciência afinal? Tradução: Raul Filker. Editora Brasiliense. 1993.

DANDARA, Luana. Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação. In: Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. Publicado em 9 de junho de 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>>. Acesso em: 7 de julho de 2022.

ERMAN, George. Da varíola à covid-19, a história dos movimentos antivacina pelo mundo. In: BBC News Brasil. Publicado em 15 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-59867755>>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

FEIJÓ, Ricardo Becker; SÁFADI, Marco Aurélio P. Imunizações: três séculos de uma história de sucessos e constantes desafios. Jornal de Pediatria, v. 82, p. s1-s3, 2006.

GODLEE, F.; SMITH, J.; MARCOVITCH, H. O artigo de Wakefield ligando a vacina MMR e o autismo foi fraudulento. In: The BMJ. Publicado em 06 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www-bmj-com.translate.goog/content/342/bmj.c7452?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

GRAGNANI, Juliana.; SENRA, Ricardo. Movimento antivacina é criminoso, diz Drauzio Varella. In: BBC News Brasil. Publicado 26 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48780905#:~:text=%22As%20vacinas%20foram%20o%20maior,do%20mundo%20%2D%20inclusive%20no%20Brasil>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

HEPTINSTALL, Simon. Como surgiu a primeira vacina? E os primeiros 'antivaxxers' do mundo. In: BBC News Brasil. Publicado em 19 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-60418129>>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 375-386, 2011.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Informação Cultural – Divisão de Editoração, 1991.

LARSSON, Paula. Anti-vaxxers COVID-19 usam os mesmos argumentos de 135 anos atrás. In: *The Conversation – Academic rigor, journalistic flair*. Publicado em 4 de outubro de 2020. Disponível em: <https://theconversation-com.translate.google.com/covid-19-anti-vaxxers-use-the-same-arguments-from-135-years-ago-145592?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-BR&x_tr_pto=sc>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

MALAVÉ, Mayra. O ressurgimento do sarampo: uma doença evitável. In: Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. Publicado em 11 de abril de 2019. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/o-ressurgimento-do-sarampo-uma-doenca-evitavell>>. Acesso em: 7 de junho de 2022.

MARQUES, Ana. Brian Deer: entrevista ao jornalista que desmascarou o médico anti-vacinas. In: *Observador*. Publicado em 19 de junho de 2016. Disponível em: <<https://observador.pt/2016/06/19/brian-deer-as-pessoas-nao-deviam-acreditar-no-que-leem-nas-publicacoes-medicas/>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

MONARI, A. C. P.; ARAÚJO, K. M. de; SOUZA, M. R. de; SACRAMENTO, I. Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. *Liinc em Revista*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5707, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5707. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

MOREL, A. P. M. Da educação sanitária à educação popular em saúde: reflexões sobre a pandemia do coronavírus. *Revista Estudos Libertários*, v. 2, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34114/19178>. Acesso em: 08 mai. 2022.

MOVIMENTO antivacina é criminoso, diz Drauzio Varella. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (40 minutos). Publicado pelo canal BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cg-Vm6R5XNI&t=1832s>>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

NESPOLI, G. Da educação sanitária à educação popular em saúde. p. 47-51; In: *Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio / Organização de Vera Joana Bornstein*. [et al.]. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2016.

O'BRIEN, Kate. Uma breve história da vacinação no Google Arts & Culture. In: *Blog do Google Brasil*. Publicado em 22 de abril de 2022. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/iwWBM_p0KsCMkA>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. Publicado em 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Principais Mensagens e Respostas sobre a Segurança das Vacinas. Guia para Profissionais da Saúde. Publicado em 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/54505/OPASFPLIMCOVID-19210027_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

PEREIRA, Sheila Duarte. Conceitos e definições da saúde e epidemiologia usados na Vigilância Sanitária. Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, 2004.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos—Paris, Rio e Salvador. SciELO-EDUFBA, 2011.

PONTE, Carlos Fidelis. Vacinação, controle de qualidade e produção de vacinas no Brasil a partir de 1960. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 10, suplemento 2, 2003.

PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. Ciência e cultura, v. 55, n. 1, p. 53-54, 2003.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. Revista Contracampo, v. 40, n. 1, 2021.

RETRACTION – Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children. The Lancet, v. 375, n. 9713, p. 445, 2010. Publicado em 6 de fevereiro de 2010. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(10\)60175-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(10)60175-4/fulltext)>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

REZENDE, Joffre Marcondes de. À sombra do plátano: crônicas de história da medicina. 2009.

RIBEIRO, R. Vacina da informação na era das fake news. Fake News e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília, Brasília, 2020.

ROCHEL DE CAMARGO JR, Kenneth. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00037620, 2020.

ROUANET, Sergio Paulo. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SALGADO, Aline Silva. A Revolta contra a vacina: A vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da

Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2018.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, v. 10, p. 5-40, 2003.

SCHATZMAYR, Hermann G. A varíola, uma antiga inimiga. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, p. 1525-1530, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. SciELO-Editora UNESP, 2018.

SHAFER, Ronald. As vacinas obrigatórias que desencadearam um motim em Montreal em 1885. In: *The Washington Post – Democracy Dies in Darkness*. Publicado em 10 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com.translate.goog/history/2021/08/10/montreal-vaccine-riot-smallpox/? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt-BR& x tr pto=sc>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

SOUTO, Ester Paiva; KABAD, Juliana. Hesitação vacinal e os desafios para enfrentamento da pandemia de COVID-19 em idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, 2021.

SOUZA, G., ALMEIDA, T. OLIVEIRA, Y. Fake news em saúde e mídias sociais: como funcionam, quais seus impactos e possíveis soluções. *Fake News e Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz. Gerência Regional de Brasília, Brasília, 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, P., CASTIEL, L. COVID-19, as *fake news* e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2020, v. 36, n. 7. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ZXNpddtmjgNjRtKMDY4bR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 de mai. 2022.